

EM TEMPO:

Periódico Nacional • Ano VIII • Agosto de 1986 • Cz\$ 4,00 • N.º 211



II Congresso Nacional

A CUT CONTRA-ATACA

“Os latifundiários declararam guerra à reforma agrária e aos lavradores. Os empresários declararam guerra aos trabalhadores da cidade.

A CUT reafirma: nossa resposta é a mobilização, a unificação das campanhas salariais numa ampla campanha nacional de luta”.

**A dança dos
partidos burgueses**

Págs. 6 e 7

**Porque o governo
adotou o novo pacote**

Págs. 8 e 9

**A fúria e a alegria
na festa da revolução.**

Pág. 14

São Bernardo

Patrões demitem comissão da Ford

Durante todo o mês de julho, ocorreram inúmeras greves em São Bernardo, das quais a greve da FORD foi a mais importante delas. Qual a avaliação que a diretoria do sindicato faz deste processo de greves, muito marcado pela repressão patronal?

— **Vicentinho** — As greves que estão acontecendo são a constatação de que se o pacote atendeu aos interesses dos banqueiros, dos empresários e dos fazendeiros, não atendeu aos interesses dos trabalhadores. Nós viemos de uma realidade onde mesmo se o congelamento fosse real a classe trabalhadora não estaria bem, pois reduziram o nosso salário em média 17%, além de todas as perdas sofridas antes.

Diante desse quadro, que era previsto por nós, os trabalhadores acordarem era questão de tempo. Com a falta de mercadorias, principalmente o leite e a carne, a piora da qualidade dos produtos e o "aumento" que tivemos, de 2%, a necessidade de lutar por um aumento real ficou clara.

Junto a isso, existia todo um movimento contra os trabalhadores de São Bernardo por parte da FIESP e do SINDIPEÇAS, com esquema de repressão, etc. pois a "Vaca Brava" foi uma lição para os empresários, que tiveram de ceder a redução da jornada de trabalho. E a greve da FORD foi importante por ser eminente-



Em São Bernardo, sob o manto da "Nova República", os patrões conseguiram um feito que não haviam conseguido nem nos tempos da ditadura. Com a presença violenta da PM, impuseram aos operários a demissão de praticamente toda a Comissão de Fábrica, os cipeiros e 204 atividades.

Vicente Paulo da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e presidente da CUT-ABC, nos fala deste golpe fascista do patronato e da continuidade da luta em São Bernardo.

temente política do ponto de vista da nossa classe. A greve estava reivindicando aumento sim, mas a preocupação maior era com a comissão de fábrica, com a relação da comissão com os trabalhadores.

— **Mas quais os problemas principais que existiam nesse sentido?**

Vicentinho — Existia uma série de reivindicações dos trabalhadores que a comissão encaminhava à direção da empresa, mas esta sempre negava. Surgia então a pergunta: qual o papel da comissão? Servir aos trabalhadores ou aos patrões? E a greve da FORD, provocada pela empresa, era

então uma questão política e ideológica, se a comissão é para apoiar o patrão ou servir à classe. E aí eu coloco uma questão: Vale a pena ter comissão de fábrica dócil? Eu acho que não. O sindicato e as comissões devem ser classistas, defender nossas reivindicações e, apesar do papel limitado do sindicato e da comissão, ajudar na conscientização da luta por uma sociedade socialista.

O sindicato de São Bernardo denunciou uma campanha repressiva que visava destruir os organismos de luta constituídos pelos trabalhadores. Como é que isto se colocou na greve da FORD?

Vicentinho — Quando veio a greve da FORD, afastaram quase toda a comissão e os cipeiros e mais 204 ativistas, escolhidos entre os melhores, os mais combativos, que ajudavam na organização da luta dentro da fábrica. Isto além da repressão "normal" da "Nova República", com a polícia, tropa de choque etc. Inclusive a empresa jogou para o confronto, mas os trabalhadores não poderiam enfrentar as armas da polícia.

Como é que fica a continuidade da luta em São Bernardo? O Congresso da CUT aprovou a Campanha Nacio-

nal de Lutas, que coloca a perspectiva de unificação das campanhas salariais do segundo semestre, sob a bandeira da CUT. Como é que você vê a possibilidade de São Bernardo participar de uma campanha conjunta com outras categorias no final deste semestre?

Vicentinho — As greves continuam, buscando melhores condições de vida e trabalho. Mais de 20 greves já ocorreram em São Bernardo, principalmente por aumento, transporte e comissão de fábrica. Mas os ataques da "Nova República" contra os trabalhadores continuam e se o nosso objetivo imediato é a conquista dessas reivindicações, é também acumular forças para uma campanha unificada, conjunta com todos os trabalhadores do Brasil. E nós até somos favoráveis e que se chamem outros setores a participarem desta campanha, mas a nossa direção é a CUT. E se nesta campanha nacional o que mobiliza são as questões econômicas também estamos fazendo reuniões com os trabalhadores para mostrar a relação da campanha com a Constituinte. Não só estamos preparados para a nossa categoria como para ajudar as outras com algumas pessoas de São Bernardo, como fizemos o ano passado na Campanha Salarial Unificada de São Paulo.

Nova Lei Anti-Greve enviada ao Congresso

A "Nova República" fracassou na política do pacto social. Mesmo a "ousadia" do Plano Cruzado não diminuiu a combatividade dos trabalhadores. Agora procura-se armar de uma nova Lei Anti-greve para legitimar o "cassetete democrático".

O governo enviou ao Congresso Nacional seu novo projeto de negociação coletiva e direito de greve, de autoria do ministro Almir Pazzianotto. Segundo fontes do Ministério do Trabalho, o projeto seguiu para o Legislativo em função da "impopularidade das medidas de ajuste do Plano Cruzado".

Atualmente as greves são reguladas pela Lei 4.330 de 1964, pelo Decreto-Lei nº 1.632 de 1978 e pelo artigo 162 da Constituição. A Lei 4.330 é a famosa Lei Anti-Greve, e o Decreto 1.632, do governo Geisel, é o que proíbe greves nos setores essenciais. Toda essa legislação foi transformada na prática em letra morta pela luta do movimento sindical. Adiciona-se a isso o fato de terem sido instrumentos criados pela ditadura para impedir a generalização

das lutas e reprimir os trabalhadores, fato que dificulta ainda mais sua aplicação pela "Nova República".

Neste momento em que o Plano Cruzado já começa a fazer água por todos os lados e não diminuiu o ímpeto das greves, se tornou essencial ao governo e aos patrões a adoção de uma nova legislação anti-greve, aparentemente democrática e "fruto do debate com o movimento sindical". O Ministro Almir Pazzianotto, buscando legitimidade a seu projeto, chegou a enviar a todos os sindicatos brasileiros há cerca de um ano atrás uma consulta formal sobre que modificações deveriam ser introduzidas nas negociações coletivas de trabalho.

O projeto é pior que a lei atual

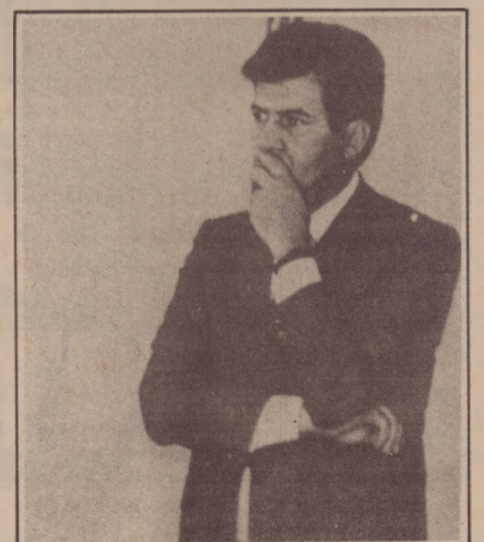
Claro que nenhuma das sugestões consta do "novo" projeto. Ele não passa de uma reedição das várias leis e decretos anti-greve da ditadura. Para o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o projeto chega a ser "pior que a legislação atual". Na verdade, as mudanças introduzidas para "melhor" na proposta de Pazzianotto são perfumarias. Há,

por exemplo, a redução do quórum necessário à decretação de greves de 2/3 para 50% dos sócios do sindicato e a redução do prazo entre a decretação e início efetivo do movimento de 5 dias para 72 horas. Entretanto, tais mudanças não mudam o fato de que a decretação da ilegalidade das greves permanecerá sob o arbítrio dos patrões e do governo.

Pior ainda que a legislação anterior, o projeto do Ministro Pazzianotto considera como "atos de violência" os "bloqueios de acesso aos locais de trabalho" e tais atos passíveis de sanções penais. Ou seja, para Pazzianotto mesmo os piquetes feitos pacificamente são um crime.

Greve permanece proibida nos setores "essenciais"

Na parte que diz respeito a solução de pendências entre trabalhadores e patrões, a novidade introduzida é a da possibilidade de um arbitramento fora da justiça desde que estabelecido de comum acordo entre as partes. Na legislação anterior só havia duas possibilidades: a instauração de dissídio coletivo ou a greve. Por fim, a greve continua explicitamente proibida nos seto-



Pazzianotto: uma doce lei para os patrões

res essenciais (água e esgoto, carga e descarga portuária, energia elétrica, assistência médica e hospitalar, transporte, compensação bancária, telecomunicações, serviço postal, produção, distribuição e comercialização de combustíveis), bem como no serviço público. Quanto ao direito de sindicalização, foram excluídos da proibição os empregados das sociedades de economia mista e fundações.

Editorial

II Congresso Nacional da CUT Quatro avanços e um desafio

Márcia Carnaval



O II Congresso Nacional da CUT conseguiu reunir quatro vitórias num momento em que o governo e os patrões intensificam suas tentativas de isolar politicamente os setores comprometidos com as lutas dos trabalhadores.

A primeira delas foi a realização do próprio congresso com 5.181 delegados representando 933 entidades de todo o país. Aberto e encerrado com o hino da Internacional, o II Congresso foi uma resposta vigorosa a todos ataques sofridos no último período. Frente a guerra aos trabalhadores do campo e da cidade declarada por empresários e latifundiários, a CUT afirmou os objetivos de manter a mobilização e a unificação das campanhas salariais numa ampla Campanha Nacional de Lutas sob as seguintes bandeiras: terra, salário, emprego e liberdade; direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical; pelo não pagamento da dívida externa; participação popular na constituinte.

A segunda vitória foi a incorporação da questão das mulheres no conjunto de resoluções. Neste segundo congresso, o número de delegados do sexo feminino ultrapassou 24%. Com esse peso de participação das mulheres em sua

A direção da CUT precisa definir os passos, prazos e objetivos da Campanha Nacional de Lutas para transformá-la numa quinta vitória do II Congresso.

instância máxima, a CUT não poderia adiar por mais um dia que fosse a inclusão de uma orientação política clara para o tratamento dos problemas específicos das mulheres. Como corretamente afirma Marlise Fernandes, delegada rural do Rio Grande do Sul, em entrevista ao **EM TEMPO**, engajar as mulheres na luta é essencial para o fortalecimento do movimento operário. E uma condição para ampliar esse engajamento é o desenvolvimento de uma política específica contra a opressão das mulheres.

Uma terceira vitória do Congresso

foram os avanços verificados na compreensão de qual estrutura sindical deve ser criada concomitantemente à destruição progressiva da estrutura CLT. Foi aprovada pela imensa maioria dos delegados presentes ao congresso a concepção de comissões de fábrica autônomas com relação às diretorias de sindicatos, a organização de Departamentos da CUT por ramo de atividade ao invés de federações, e o reconhecimento estatutário das Oposições Sindicais como órgãos da CUT. Este aspecto, entretanto, merece ser relativizado pelo pouco acúmulo de discussão sobre o assunto verificado no conjunto das delegações.

Por fim, a quarta vitória foi a reafirmação da democracia operária com a manutenção do critério da proporcionalidade em todas as instâncias da entidade. A possibilidade de divergências num quadro estatutário que garante a representação proporcional das forças políticas é a garantia da unidade na luta. E o fato de terem surgido três chapas, ao invés de significar um fracionamento, deve ser entendido como um princípio de clarificação das várias políticas possíveis para enfrentar o próximo período e uma elevação do nível de compreensão das questões chaves para a luta operária e socialista por parte de amplas parcelas dos trabalhadores brasileiros.

Na questão da democracia operária houve uma nota dissonante que, pela sua importância, não pode deixar de ser criticada. Ao apagar das luzes, alguns defensores da chapa majoritária, que não esperavam a expressiva votação que obtiveram as chapas 2 e 3, tentaram modificar de maneira desastrosa, via manipulação de números, a composição da direção executiva. Assim, garantir a decisão dos delegados dando a cada chapa o que lhe é de direito é a primeira tarefa da nova direção da CUT que se reúne nos próximos dias 22 e 23. E nesse aspecto não pode haver tergiversações. Garantir a decisão dos delegados é um princípio mínimo da democracia operária.

A direção da CUT precisa definir também os passos, prazos e objetivos da Campanha Nacional de Lutas para

transformá-la numa quinta vitória do II Congresso. A marcação do Dia Nacional de Luta para 23 de outubro, data do Dia Internacional de Luta contra a Dívida Externa e o FMI, não garante por si só o sucesso da campanha.

A Campanha Nacional de Lutas deve procurar resgatar as experiências de unificação das campanhas salariais realizadas ano passado e trabalhar com um dado novo: o processo eleitoral constituinte.

Até o momento o aumento do número de greves atesta que os trabalhadores não arrefeceram seu ânimo de luta após o Plano Cruzado. As greves, entretanto, têm tido uma duração bem mais curta devido ao jogo duro dos patrões, de um lado, mas também devido ao seu isolamento por empresa ou região de outro. E se até o momento elas não adquiriram ainda um caráter político mais evidente e uma generalização crescente, isso se deve à ausência de uma atividade coordenada e globalizadora que procure centralizar os enfrentamentos em curso.

Neste sentido, a Campanha Nacional de Lutas deve, sem dúvida, procurar resgatar as experiências de unificação das campanhas salariais realizadas ano passado e trabalhar com um dado

novo. Ela se desenvolverá no interior do processo eleitoral constituinte, no qual a CUT precisa intervir no sentido de elevar a consciência da classe trabalhadora na busca do seu objetivo maior: o socialismo.

Esta responsabilidade cabe particularmente, no interior da CUT, aos militantes sindicais do PT. Sabemos de antemão que não existe uma correspondência automática entre o número de greves e enfrentamentos e os resultados eleitorais. Entretanto, nos momentos de luta é que ficam mais claras as contradições e antagonismos de classe, abrindo espaço para as propostas que atacam a raiz dos problemas.

De outro lado, sabemos também que não existe contradição entre a luta sindical e a luta política como a imprensa burguesa vem tentando "provar" ao repetir insistentemente que "as propostas de transformação da CUT num organismo para a tomada do poder foram derrotadas no segundo congresso". Mesmo que tivesse algum rasgo de verdade, essa afirmação ainda estaria em contradição com as próprias resoluções do II Congresso que não se restringiram às questões econômicas e trabalhistas, mas adentraram com vigor também nas questões políticas. E tais decisões, pela sua importância, não podem ficar no papel. O momento que vivemos tem peso decisivo para o futuro. E o tempo urge.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Helder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC nº 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

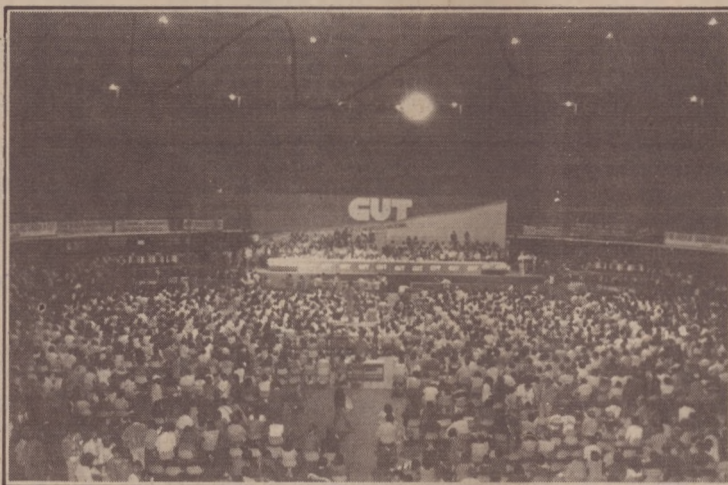
II Congresso Nacional

A CUT mostra a sua força

Ao contrário do que disse a imprensa burguesa, o Congresso foi uma festa de unidade e de força dos trabalhadores.

A final de contas, quem venceu: os xiitas ou os drusos? Ou os godos aliados aos normandos? Ou foram os mouros? No afã de demonstrar o isolamento dos setores chamados "radicais" e a guerra que lhes moviam os "sindicalistas autênticos", a imprensa burguesa cobriu o Congresso da CUT de ridículo e fantasia: fez todo tipo de malabarismo e criou um verdadeiro samba do crioulo doido de siglas de organizações e definições políticas.

Na verdade, o II Congresso Nacional da CUT foi antes de tudo uma grande festa da classe trabalhadora, de demonstração da sua força e de sua unidade. Vencendo todas as dificuldades econômicas, 5.181 dos 6.517 delegados inscritos foram ao Congresso. De todos os cantos do país, de todos os ramos de atividade econômica: 1.860 do campo; 1.250 do setor de serviços; 991 de associações pré-sindi-



5.181 delegados presentes no Maracanãzinho

cais; 1.080 da indústria. O Congresso foi assistido por 103 observadores.

No terceiro ano de sua fundação, a CUT demonstra todo o avanço de seu enraizamento e conquista de direções de entidades sindicais. Estiveram presentes 11 federações, 710 sindicatos, 102 associações pré-

sindicais e 105 associações de funcionários públicos. E revela a sua democracia: 70,4% dos delegados eram de base.

Presenças internacionais

A participação das delegações estrangeiras foi de longe a maior em qualquer Congresso do movimento sindical brasileiro. Vieram ao Brasil 30 dele-

gações estrangeiras dos cinco continentes. Uma ausência anunciada no Congresso: a do delegado da Cosatu, central sindical sul-africana, encarcerado pelo apartheid. Também no plano internacional, a CUT mostra a sua força (é importante lembrar que ao congresso de fundação da CGT compareceram em torno de cinco delegações estrangeiras).

Iniciado na quinta-feira à noite, o Congresso se estendeu até o domingo. Durante toda a sexta-feira até o sábado de manhã, os delegados se reuniram em grupos. A partir daí, o Congresso funcionou continuamente em plenária.

Na sexta-feira à noite foi encenado o **Tribunal da Terra**, o julgamento de todos os crimes impunes contra os trabalhadores rurais que vêm sendo cometidos dia-a-dia.

Mesmo se estendendo durante três dias, o Congresso da CUT não conseguiu cobrir to-

da a pauta prevista. Os estatutos da Central praticamente não foram alterados. Um plano de lutas, que deverá necessariamente ser aprofundado pela direção da Central, foi aprovado. A discussão sobre a construção da nova estrutura sindical, onde se introduziu algumas definições importantes, certamente terá ainda continuidade.

Ao final, o Congresso aprovou um manifesto aos trabalhadores brasileiros, conclamando-os à luta unificada contra os patrões e o governo. A CUT reafirmou também os princípios internacionalistas que a têm marcado desde a origem: a luta contra o imperialismo e a solidariedade aos trabalhadores da Polônia. Um ponto marcante: participação de Alba Palácios, da Associação dos Trabalhadores do Campo da Nicarágua, trazendo a confiança e o apelo de solidariedade à revolução centro-americana.

Assim foi eleita a nova direção

Os avanços e as tensões no exercício da democracia operária.

Para os que se preocupavam com a unidade da CUT, a eleição de sua direção pelo Congresso era vista desde o início como um momento crucial. A eleição da direção já havia sido motivo de confrontos acirrados entre as várias correntes do movimento sindical durante os congressos preparatórios — particularmente os de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Um primeiro passo adiante foi a reafirmação pelo Congresso da manutenção do critério de proporcionalidade na formação das direções executivas da CUT. Como se sabe, a tese apresentada pela maioria da antiga executiva estadual de São Paulo ao Congresso Estadual defendia a eliminação da proporcionalidade. Essa proposta, no entanto, já havia sido derrotada na maioria dos congressos estaduais e acabou por não ser apresentada ao II Congresso Nacional da CUT.

Um segundo passo adiante ocorreu um dia antes da abertura do II Congresso, durante a reunião da antiga Direção Nacional. Formou-se uma comissão, com a participação de representantes das várias correntes, para subsidiar o debate em torno da formação de uma nova direção. E, inclusive, testar a possibilidade de formar uma chapa única.

Outro passo adiante foi conquistado com a eleição do coletivo de 83 efetivos e 83 suplentes que compõe o pleno da Direção Nacional da CUT. Indicados a partir das delegações estaduais, chegou-se a uma chapa comum para a composição do pleno da direção.

Disputa na eleição da direção executiva

A possibilidade da eleição de uma direção executiva nacional por consenso foi, no entanto, eliminada a partir do momento em que o setor majoritário no Congresso (heterogêneo mas coesolidado pela direção de Jair Meneguelli e Avelino Ganzer, entre outros) não aceitou a participação de representantes dos setores minoritários. Estes setores haviam obtido no conjunto cerca de 40% dos votos em algumas votações já realizadas no plenário do Congresso.

A partir daí foram à disputa no plenário três chapas. A chapa 1 encabeçada por Jair Meneguelli e Avelino Ganzer do Sindicato dos Rurais de Santarém era composta, entre outros, por Abdias dos Santos, (do sindicato dos Metalúrgicos de Niterói), João Paulo Pires (dos Metalúrgicos de João Monlevade), Paulo Paim (dos Metalúrgicos de Canoas — RS). A chapa 2, encabeçada por Martisalem Pontes (dos Plásticos de São Paulo) e José Novaes (antigo secretário rural da CUT), era formada também por Fortunatti dos Bancários de Porto Alegre), Ana Lúcia (antiga secretária de formação da CUT), Vera Gomes (dos Professores de Pernambuco) e Sebastião Neto (da oposição Metalúrgica de São Paulo). A chapa 3, encabeçada por Paulo Funghi (Metalúrgicos de Belo Horizonte — Contagem), Antônio Carlos de Andrade (da Federação dos Servidores da Previdência), abarcava igualmente Cyro Garcia (dos bancários do Rio de Janeiro) e Carlos Santana (dos Ferroviários do Rio de Janeiro).

A chapa 1 obteve 2.522 votos, ou seja, 59,95%. A chapa 2 emplacou com 1.219 votos, isto é,

28,97%. A chapa 3 alcançou 466 votos e 11,08%.

Até então, o clima mantido no plenário, apesar de tenso, não havia resvalado para o sectarismo e retaliações pessoais. O anúncio da composição da executiva, de acordo com a votação das chapas, feito pela mesa do Congresso, no entanto, desvirtuava o resultado da votação. Na aplicação da proporcionalidade para a indicação dos vinte membros da executiva (quin-

ze efetivos e cinco suplentes), a mesa do Congresso simplesmente eliminava um membro da chapa 2 e outro da chapa 3. (ver explicação ao lado).

O resultado foi o acirramento dos ânimos que transformou em um ambiente sectarizado as últimas duas horas do Congresso. Uma atitude irresponsável e uma consequência lamentável. E que deve ser corrigida na próxima reunião da executiva nacional da

CUT a ser realizada nos dias 22 e 23 de agosto. Afinal, o respeito às deliberações do Congresso Nacional e à democracia operária deve ser um ponto de princípio da CUT, indispensável para o seu fortalecimento na luta contra os patrões e o governo.

Um cálculo elementar

Nunca se poderia imaginar que um Congresso Nacional da CUT se encerrasse com discussões sobre a neutralidade dos números ou do uso político da matemática. Entretanto, foi o que ocorreu a partir da interpretação incorreta e inaceitável dos resultados da votação para a eleição da executiva nacional feita por alguns companheiros.

O estatuto da CUT diz no seu artigo 30º, parágrafo um: "a executiva nacional será composta pelos 15 membros efetivos e 5 su-

plentes para os seguintes cargos..." (grifo nosso). Ora, é claro a partir daí que a executiva é composta por 20 membros, diferenciados pela sua função. Assim, a partir das proporções de votos de cada chapa, calcula-se a quantidade que cada uma delas tem direito entre os vinte membros.

Feito este cálculo, para a distribuição de efetivos e suplentes, o processo tradicional é o de incidir a proporcionalidade sobre os efetivos, produzir o arredondamento e somar o resíduo (a fração incorporada ou não no arredondamen-

to) ao resultado da proporção tomada em relação aos suplentes. Para o cálculo dos suplentes de cada chapa, novo arredondamento deverá ser feito com a produção de novos resíduos. Sempre a soma dos resíduos deverá resultar no valor zero, já que não poderá haver sobra ou falta no final. A tabela abaixo mostra claramente o processo de cálculo.

O resultado final será: chapa 1 — 9 efetivos e 3 suplentes; chapa 2 — 4 efetivos e 2 suplentes; chapa 3 — dois efetivos e nenhum suplente.

Chapa	votos	%(1)	%x 20	membros	%x 15 = E + resíduo	%x 5 + res = S + res	
1	2522	59,95	11,99	12	8,99 = 9 - 0,01	3,00	2,99 = 3 - 0,01
2	1219	28,97	5,79	6	4,35 = 4 + 0,35	1,45	1,80 = 2 - 0,20
3	466	11,08	2,22	2	1,66 = 2 - 0,34	0,55	0,21 = 0 + 0,21

observações:
(1) calculada sobre os votos dados as chapas
E = efetivos
S = suplentes
a soma dos resíduos deve ser sempre igual a zero
todos os cálculos foram arredondados para 2 casas decimais (1 só já seria suficiente).

Suzana Pires



Martisalém Pontes encabeçou a chapa 2.

— Qual a avaliação que você faz do II Congresso Nacional da CUT?

Martisalém — Sem dúvida, o Congresso foi um avanço. Fortaleceu a CUT e foi um grande estímulo à nossa luta daqui para a frente. Devemos destacar dois pontos. A afirmação clara pelo Congresso da proposta apresentada pela articulação "CUT pela base", de que a CUT deve lutar por uma alternativa de conjunto à política ao governo e, inclusive, lutando pela conquista do socialismo. Também foi positiva a apresentação clara de posições divergentes no Congresso e seu debate de forma democrática. Um dos maiores

desafios da CUT é exatamente esse: exercitar a democracia operária em seu interior.

Uma questão que não foi tão bem é a que se refere ao plano de lutas. A discussão sobre este plano não fluiu muito, ficando restrita à proposição de um dia nacional de luta, que será em 23 de outubro. É uma questão que precisamos aprofundar agora.

— Em que medida avançaram as definições sobre os estatutos da CUT e sobre a nova estrutura sindical que queremos construir?

Martisalém — Os estatutos permaneceram basicamente os mesmos. No debate sobre a nova estrutura sindical avan-

"Agora, vamos partir juntos para a luta"

Martisalém Pontes, presidente do Sindicato dos Plásticos de São Paulo e eleito para a direção Executiva Nacional da CUT, fala aqui sobre os avanços do Congresso e o desafio de unificar a ação do movimento sindical neste segundo semestre.

çou-se na compreensão de que a comissão de fábrica, além de seu papel meramente sindical, se constitui em um núcleo de poder dos trabalhadores na fábrica. Avançou-se também na definição de que a CUT deve construir seus departamentos por ramos de atividade econômica. Esta proposta permite uma organização mais democrática dos trabalhadores por ramo de atividade econômica, preservando ao mesmo tempo uma grande integração com a direção e as estruturas da Central Única.

— A partir do Congresso, como estão as perspectivas da deflagração de uma campanha nacional do movimento sindical neste segundo semestre?

Martisalém — É uma responsabilidade agora da executiva nacional da CUT discutir com todos os setores do movimento e aprofundar uma pro-

posta de luta unificada neste segundo semestre. Uma resposta unificada à violência e à ofensiva dos patrões e do governo, a partir dos sindicatos combativos, mas que seja capaz de mobilizar o conjunto da classe.

— Neste sentido, vai ser realizada este ano uma nova campanha salarial unificada em São Paulo?

Martisalém — Vamos ter que construir uma nova campanha unificada. Se vai ser como a do ano passado ainda não dá para saber, mas o que está claro para a gente é que não podemos sair isolados para a luta. Como será esta campanha, qual forma de luta usaremos vai depender de um aprofundamento da discussão.

— Você avaliou que houve no Congresso um avanço da democracia operária, com a apresentação clara de teses di-

vergentes e, a partir daí, a apresentação de chapas. Contudo, no final, houve um problema quando da apresentação da composição da executiva nacional. Você avalia que este problema vai afetar o processo de lutas? Como é que isto pode ser resolvido?

Martisalém — Isto vai ser resolvido a partir do dia 22, na primeira reunião da executiva, numa discussão política. Acredito que houve naquele momento, no calor da disputa, uma certa precipitação ou talvez um casuismo por parte de uma chapa, a chapa 1. Passado este momento de disputa, vamos sentar e discutir politicamente. Não vai ser difícil superar isto, mesmo porque os membros que foram eleitos são conscientes da luta que está pela frente e do desafio que está colocado diante de nós, trabalhadores.

A vez e a voz das mulheres trabalhadoras

Um avanço histórico: a CUT incorporou em suas teses a luta da mulher trabalhadora. Aqui, a palavra da companheira Marlise Fernandes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de 3 de Maio, no Rio Grande do Sul. Marlise participou da elaboração da tese e foi quem a apresentou ao plenário do Congresso.

Suzana Pires



Marlise: "É essencial engajar as mulheres na luta".

— Qual a importância da aprovação da tese sobre as mulheres trabalhadoras no II Congresso Nacional da CUT?

Marlise Fernandes — Foi muito importante, já que não era possível adiar mais esta questão dentro da CUT. As trabalhadoras estão se organizando em seus sindicatos, em suas entidades de base e também à nível das CUTs regionais e estaduais. À nível nacional não havia resposta alguma à necessidade de articulação das mulheres trabalhadoras e suas reivindicações.

Esta resposta também não podia ser adiada em função da ofensiva desencadeada pela "Nova República" no sentido de atar o

movimento de mulheres, através de organismos do tipo Conselho Nacional de Mulheres, organismos específicos dos ministérios, etc. Um movimento de mulheres solto, disperso, sem maiores definições, perderia-se entre a desmobilização ou o atrelamento às políticas da "Nova República".

As definições tomadas neste Congresso têm uma importância enorme para a mulher trabalhadora. As mulheres pobres sofrem com mais força a discriminação. Com a conscientização das companheiras, são dois na luta: o homem e a mulher. Se a mulher não tem consciência de seu papel e da necessidade de estar na luta, acaba

travando o homem e aí são menos dois na luta.

— Como vai se dar a partir de agora a formação das comissões de mulheres?

Marlise Fernandes — Lá na CUT-Missões, que é a CUT regional onde a gente iniciou este trabalho, foi formada uma Secretaria de Mulheres (agora Comissão de Mulheres) que vai continuar se reunindo.

Também estamos planejando a realização de um Encontro de Mulheres da CUT/RGS que, entre outras questões, escolha a Comissão de Mulheres da CUT/RS. E já definimos que as CUTs estaduais devem indicar as mulheres que farão parte da Comissão Nacional. As direções estaduais e regionais não poderão ficar fora deste processo de discussão.

— E sobre a reivindicação aprovada de luta por creches?

Marlise Fernandes — Isto é muito importante. No sistema capitalista, a existência de creches permite à mulher trabalhar fora e sair mais, participar das lutas e tudo o mais. Queiramos ou não, é sempre a mulher que fica com os filhos. Mesmo que o homem seja consciente, é a mulher quase sempre que fica com os filhos. Outra coisa importante: não é só ficar na luta por creches. Temos que começar a discussão de quem administra as creches, como se administra, para garantir de verdade e concretização desta nossa bandeira.



1.217 delegadas eram mulheres trabalhadoras: 24% do Congresso

A dança dos partidos burgueses

Da crise do PMDB à sigla louca do PTB, passando pela sina malufista do PFL e a indefinição do PDT, um apanhado da evolução recente dos partidos burgueses.

O PMDB continua sendo o partido burguês mais forte, com maior controle de máquinas eleitorais e com uma estrutura implantada nacionalmente. É o único partido que se apresentará com candidatos próprios nas eleições para governadores em todos os estados do país.

Porém, os sinais de aprofundamento de sua crise são muito evidentes. No processo de escolha de candidatos a governo, o partido foi cindido por várias dissidências importantes: em Minas, com a saída do senador Itamar Franco que se apresenta para as eleições pelo Partido Liberal em coligação com vários outros partidos (Itamar terá sua candidatura fortalecida com o apoio de grande número de prefeitos e deputados peemedebistas, após o resultado da convenção do PMDB mineiro que escolheu Newton Cardoso); em Goiás, com a ruptura promovida pelo senador Mauro Borges, que concorre às eleições pelo Partido Democrata-Cristão; no Paraná, com o rompimento promovido pelo deputado federal Alencar Furtado; no Acre, com a saída do senador Mário Maia, que concorre pelo PDT; no Amazonas, com o abandono da sigla pelo deputado federal Arthur Virgílio Neto, que concorre pelo PSB.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o partido até o momento não sofreu cisões importantes mas encontra dificuldades enormes para marchar unido para o teste eleitoral. Em São Paulo, a candidatura Quércia, em crise desde que foi lançada, já vem perdendo muitos apoios para a candidatura de Antonio Ermirio de Moraes, que procura ocupar o espaço alternativo à Maluf no campo burguês. No Rio de Janeiro, o candidato escolhido Wellington Moreira Franco saiu de uma disputa tão acirrada com o senador Nelson Carneiro que dificilmente terá o PMDB todo envolvido em sua campanha (na convenção, sete convencionais com revólveres e dois com facas tiveram de ser desarmados).

A crise do partido não se evidencia apenas por suas cisões ou pelo enfraquecimento de sua unidade. O partido, que é a espinha dorsal da Aliança Democrática, sofre também um agravamento de sua crise de identidade. Principalmente no nordeste, o PMDB inchou com a presença de ex-pedessistas e até malufistas. Em dois estados, pelos menos, concorre com ex-pedessistas: em Alagoas e no Rio de Janeiro. Mesmo na Bahia e em Pernambuco, onde o PMDB se apresenta com as candidaturas de Arraes e Waldir Pires, peemedebistas históricos e com um passado de oposição à ditadura militar, o partido selou alianças decisivas com os malufistas. No Rio Grande do Sul, Pedro Simon só não fez aliança com o PDS por obstrução deste último. No Piauí e em Sergipe, o PMDB tem o apoio do PDS nas eleições.

A sina do PFL

O PFL, surgido como dissidência do PDS anti-malufista na disputa do Colégio Eleitoral, havia já nas eleições municipais do ano passado sofrido derrotas contundentes em estados chaves para suas pretensões. Em Belo Horizonte e Recife, por exemplo, onde foi esmagado ou pelo PMDB ou pelo PSB. Nestas eleições, suas pretensões de construir uma base eleitoral liberal conservadora nos grandes centros urbanos estão ainda mais diminuídas.

Nos grandes centros urbanos do sudeste ou do sul do país, o PFL concorre sem chances ou dá o seu apoio a outras candidaturas. São Paulo é o grande vexame do pefelismo: 90% da convenção do partido optou pelo apoio à Maluf. No Rio, o PFL soma forças ao PMDB contra Brizola. Em Minas, interessado em enfraquecer o PMDB, apoia Itamar Franco. No Rio Grande do Sul, o PFL lançou candidato próprio, sem chances, podendo vir a apoiar o PMDB.

Confinado a disputar com chance em apenas alguns estados do nordeste, o PFL tem a sua grande prova em Pernambuco, onde concorre contra Arraes. Mesmo aí no nordeste, o PFL, no entanto, tem o seu espaço pressionado pelo avanço do PMDB e por candidaturas pedessistas como no Maranhão e na Paraíba.

Um PDT sem face

O que é o PDT? Um populismo brizolista atualizado com as cores de uma social-democracia esmaecida, enfim, um "socialismo moreno"? Partido de oposição pragmática à Aliança Democrática e à "Nova República"?

O PDT espanta pelo fisiologismo eleitoral. Talvez nenhum outro partido apresente uma contradição tão forte entre o seu discurso e sua prática eleitoral. O PDT apoia o PMDB em pelo menos quatro estados: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Sergipe. Alia-se ao PFL em dois outros estados: Pará e Piauí. Concorre com candidaturas próprias em cinco estados: em dois deles (Acre e Rio Grande do Sul), faz alianças com o PDS.

O PDT disputa com chance em três estados: no Rio de Janeiro, onde com um perfil progressista enfrenta uma coligação da Aliança Democrática; no Acre, onde concorre com um senador dissidente do PMDB, aliado com o PDS; no Rio Grande do Sul, onde selou aliança também com o PDS.

Mas foi em São Paulo onde o fisiologismo do PDT veio à luz com toda força, com uma parte significativa dos convencionais sendo arrastada pela seireia do malufismo. A convenção do PDT se dividiu em três alas: entre o apoio à Antonio Ermirio, Quércia e Maluf.

O fôlego do PDS e a sigla louca do PTB

Com fôlego de sete gatos, só explicável pelo fisiologismo que toma conta da política brasileira, o PDS resiste acantonado. Em São Paulo, na obsessão e

nos êxitos recentes de Maluf (que coesionou a peso de ouro o PFL, segmentos do PTB, do PMDB e do PDT); no Maranhão, como desdobramento de sua única vitória nas eleições municipais de 1985; na Paraíba, onde conta com o apoio do PFL. No resto do país, o PDS joga com poucas chances ou empresta o seu surrado e desgastado nome ao PMDB, ao PFL ou ao PDT.

Já o PTB, essa sigla louca, continua a rondar a política brasileira e a zombar

de todos com a sua pele de camaleão. Depois da disputa que provocou o choro de Brizola e a emoção de Ivete Vargas, pela velha sigla trabalhista, veste as candidaturas do maior empresário do país em São Paulo e de Ibrahim Sued, no Rio, o mais esnobe dos esnobes colonistas sociais do país. Ibrahim já declarou: não vai fazer campanha em favelas, "lugar de bandidos e marginais". O "pai dos Pobres" deve estar remexendo em seu túmulo.

Estados	Partidos			
	PMDB	PFL	PDT	PDS
SP	CP	Apoia PDS	Apoia PMDB	CP
RJ	CP	Apoia PMDB	CP	CP
MG	CP	Apoia PL	Apoia P L	—
RS	CP	CP*	CP	Apoia P D T
SC	CP	CP	CP	CP
AC	CP	Apoia PDT	CP	Apoia PDT
PR	CP	Apoia PMDB	Apoia PMDB	—
ES	CP	CP	Apoia PMDB	—
BA	CP	CP	Apoia PMDB	Apoia PFL
SE	CP	CP	Apoia PMDB	Apoia PMDB
AL	CP	CP	—	Apoia PFL
PI	CP	CP	Apoia PFL	Apoia PMDB
CE	CP	CP	—	Apoia PFL
PB	CP	Apoia PDS	—	CP
RN	CP	CP	—	—
PE	CP	CP	Apoia PFL	—
MT	CP	CP	CP	Apoia PFL
MS	CP	Apoia PMDB	Apoia PMDB	Apoia PTB
GO	CP	Apoia PDC	—	—
PA	CP	CP	Apoia PFL	Apoia PMDB
AM	CP	Apoia PMDB	Apoia PSB	Apoia PSB
RO	CP	CP	Apoia PSB	Apoia PFL
MA	CP	Apoia PMDB	—	CP

CP = Candidato próprio CP* = Provavelmente apoiará PMDB

Um quadro partidário muito instável

Foram muitos os que preun-
ciaram um quadro partidário
mais nítido, com definições
ideológicas e representação de interes-
ses de classe mais claros, após o fim da
ditadura militar. Porém, um exame
das candidaturas e das coligações esta-
belecidas pelos partidos burgueses
após o término do prazo da realização
de convenções não comprova esta ex-
pectativa.

O que ressalta é justamente o con-
trário: candidaturas em geral descola-
das de uma tradição partidária, proli-
feração de siglas de ocasião (PMB,
PL, PDC, etc), convivendo com uma
lógica embaralhada e errática de coli-
gações.

Ora, esta inconsistência do quadro
partidário é atribuída à falta de princí-
pios e a sem-vergonhice dos políticos.
Ora, ela é explicada pelo próprio fisi-
ologismo dos partidos, interessados
mais em vencer as eleições — não im-
porta em que condições — do que de-
fender um programa político coerente.

Ambas as explicações, no entanto, são
circulares e superficiais. Não explicam
por que predominam no quadro políti-
co burguês os políticos sem princípio e
o fisiologismo dos partidos.

A inconsistência dos partidos bur-
gueses é tanto maior quanto menor é o
grau de democracia nas eleições. Não
há, na verdade, nenhum limite ao uso
e abuso do poder econômico. Não há
nenhuma restrição ao uso ostensivo
das máquinas de governo, estaduais e
municipais. O acesso gratuito aos
meios de comunicação de massa, ex-
tremamente desigual por força da le-
gislação aprovada pela Aliança Demo-
crática só reforça o favorecimento aos
partidos com máquina constituída.

As eleições, principalmente para o
governo do estado, passam a ser um
jogo de força que envolve dezenas de
milhões de cruzados e dezenas, quan-
do não centenas, de milhares de fun-
cionários públicos. Em tal jogo, a
ideologia cede lugar cada vez mais ao



pragmatismo: os partidos burgueses,
os grandes beneficiários, se tornam
eles próprios "vítimas" do vale tudo
eleitoral.

Quem ganha com isso?

A curto prazo, tal jogo é fundamen-
tal para as classes dominantes. Ele sig-
nifica, em uma escala ampliada, a re-
produção do mesmo mecanismo polí-
tico de conciliação de interesses que o
movimento operário assistiu no Colé-
gio Eleitoral: a manutenção do con-

trole das máquinas de governo através
da transação e composição de interes-
ses entre as diversas frações da bur-
guesia no âmbito local e regional.

A longo prazo, porém, este jogo
abre enormes brechas para o cresci-
mento da influência de um partido po-
lítico como o PT. Pois, além de evitar
a consolidação de partidos burgueses,
o fisiologismo destes partidos joga no
sentido de desacreditá-los diante de
parcelas cada vez maiores da popula-
ção trabalhadora.

Três casos exemplares

Do sertão das Alagoas aos pampas gaúchos, o vale tudo eleitoral.

Tudo pelo PDS

No Rio Grande do Sul, o
PDT e o PMDB travaram uma
verdadeira disputa pelo apoio
do PDS nas eleições. Depois
da cisão sofrida pelo partido o
governador emigrou para o
PFL, levando um bom qui-
nhão da máquina de estado —
o PDS se resume a uma in-
fluência eleitoral restrita, à in-
fluência dos pedessistas que se
mantiveram fiéis ao governo
Figueiredo.

O PDT, disposto a assegu-
rar o projeto político de Leo-
nel Brizola de chegar à presi-
dência da República, conse-
guiu selar a aliança com o
PDS. Ofereceu a este partido a
candidatura de vice-governador
(ao deputado estadual Sil-
vérius Kirst) e uma das duas le-
gendas do senado (ao deputa-
do federal Nelson Marchesan).
Brizola jogou todo o seu peso
para derrotar a oposição dos

pedetistas gaúchos: a aliança
com o PDS foi aprovada por
330 a 110 votos, com três
brancos e três nulos. Na con-
venção, vaiado, chamou os pe-
detistas contrários ao acordo
com o PDS de "membros do
PMDB infiltrados" e "gente
histórica" que trazia a "pior
doença que um partido pode
ter: o radicalismo pequeno-
burguês".

O PMDB, preterido na coli-
gação com o PDS, não deixou
por menos. Marginalizou a
candidatura de José Paulo Bi-
sol, deputado indicado pela
ala mais progressista do parti-
do, para o posto de vice-gover-
nador, e garantiu a vaga para
Sinval Guazelli, ex-pedessista
e governador do Estado du-
rante a ditadura Geisel, perí-
do no qual foram sequestrados
os uruguaios Lillian Celiberti e
Universindo Dias.

O jogo de camaleão

Na Paraíba e em Alagoas, o
eleitor que tiver memória e um
pouco de bom senso ficará in-
evitavelmente desorientado.

Na Paraíba, atual candidato
do PMDB, o deputado federal
Tarcísio Burity, veio do PDS
(foi governador do estado du-
rante o governo Médici). Já o
candidato do PDS, o senador
Marcondes Gadelha, veio do
PMDB. Por sua vez, o PFL do
estado, que tem à sua frente o
ex-governador Wilson Braga

(que foi do PDS), deverá
apoiar o candidato do PDS
(que, como dissemos, foi do
PMDB).

Em Alagoas, o jogo é um
pouco mais simples. Fernando
Collor de Melo, o candidato
do PMDB, foi o deputado fe-
deral do PDS mais votado em
1982. Ele disputa com Gui-
lherme Palmeira, do PFL, que
foi eleito senador pelo PDS em
1982. O PDS remanescente
apóia o antigo colega, agora



Waldir Pires e Nilo Coelho: "vietnamitas" e "ianques" no sertão da Bahia

Waldir Pires, o candidato
do PMDB ao governo da Ba-
hia, dá o recado: "quando es-
tava exilado em Paris costumava
ver na tv as imagens das
bombas de napalm explodindo
no Vietnã se alternando com
os sorrisos dos embaixadores
norte-americanos e vietnami-
tas brindando com o cham-
pagne. Não se ganha a guerra
sem fazer política. Não tenho
dúvidas de que terei proble-
mas. Mas também haverá
avanços".

Tancredo, naturalmente,

um político de origem, forma-
ção e objetivos conciliadores
certamente não buscaria o
exemplo dos vietnamitas para
justificar alianças. E ao que
consta, os vietnamitas não ti-
veram a seu lado o imperialis-
mo francês ou britânico, por
exemplo, a lutar contra os
EUA.

Bombas de napalm e cham-
pagne à parte, o PMDB da Ba-
hia ousou mais: terá ao seu la-
do Nico Coelho (70 mil cabe-
ças de gado, 130 mil hectares,
vice-governador), Jutahi Ma-

galhões e Ruy Bacelar (senado-
res) contra a chapa urdida por
Antônio Carlos Magalhães.
Waldir Pires entrará no sertão
baiano de mãos dadas com
malufistas, grileiros e latifun-
diários.

Arraes, em Pernambuco, re-
pete a dose. Tem na sua chapa
para senador o malufista de
quatro costados e latifundiário
Antonio Faria, além das alian-
ças seladas com Cintra Galvão
e Nilson Gibison, aquele que
era conhecido como agente do
SNI e porta-voz dos militares
no Congresso.

PT faz balanço do Plano Cruzado

"1) Quando o governo Sarney editou, em fevereiro de 1986, seu Plano Cruzado, o PT manifestou sua oposição fundamentalmente porque:

1.º — O confisco salarial a que seriam submetidos os trabalhadores era um dos maiores já conhecidos;

2.º — O congelamento de preços, da forma como estava previsto, seria ineficiente e iria causar problemas de abastecimento e especulação comercial;

3.º — A política antiinflacionária adotada, embora corrigisse algumas das causas conjunturais mais gritantes, como a especulação financeira desenfreada, não tocava nas causas estruturais da inflação (dívida externa e interna, política agrícola etc) e deixaria o campo aberto para nova elevação inflacionária.

2) Apesar do governo haver obtido impacto com suas medidas e até euforia em diferentes setores da população, que inclusive se mobilizaram para fiscalizar supermercados e o comércio varejista, ocorreu justamente o que o PT havia previsto:

1.º — Embora a inflação tenha caído inicialmente para 2%, foi se acentuando uma inflação residual ou sentida que passou a pressionar o congelamento e a rebaixar os salários reais;

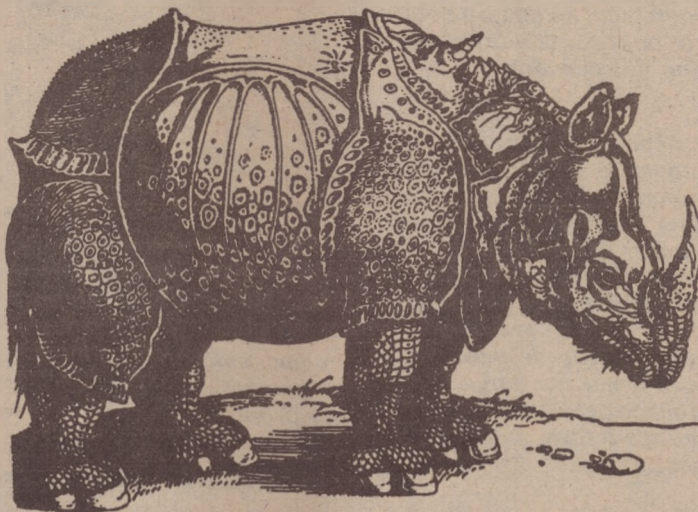
2.º — As perdas salariais foram de diversos tipos, incluindo rebaixamento de salários nominais, descumprimento de acordos coletivos de trabalho e liquidação de direitos adquiridos dos trabalhadores;

3.º — Os problemas de abastecimento intensificaram-se, passando a faltar leite, carne, batata, remédios, automóveis e diversos outros produtos que só eram conseguidos através do pagamento de ágios diversos, também pressionando o congelamento e a inflação.

3) Na prática, o governo colocava em execução mais uma vasta operação de transferência de renda das grandes massas de trabalhadores para o setor privado nacional e internacional. Só os capitalistas mais uma vez foram os beneficiários de medidas que a propaganda apresentava como a favor de toda a sociedade:

1.º — A economia, que já vinha dando sinais de recuperação desde 1985, cresceu nestes meses a taxa superior a 10% (13,3% em SP e 11,9% no Brasil);

Publicamos a seguir os trechos iniciais do documento econômico aprovado indicativamente pelo Diretório Nacional do partido em Brasília.



O Plano Cruzado cinco meses depois de ter vindo à luz

2.º — O sistema financeiro, que sofreu um certo golpe com o corte da especulação financeira desenfreada, recitou-se rapidamente às custas da demissão de milhares de bancários, fechamento de agências e cobrança abusiva de todos os serviços;

3.º — Os banqueiros internacionais receberam religiosamente em dia o pagamento dos juros da dívida externa;

4.º — Os latifundiários e os capitalistas agrários, cujos produtos foram congelados no pico de uma safra de seca, ou seja, no pico máximo possível, passaram a transferir recursos que aplicavam no mercado financeiro para a agricultura e a pecuária na esperança dos preços se manterem naquele máximo e obter lucros extraordinários;

5.º — Os comerciantes beneficiaram-se com certa disponibilidade de recursos em mãos de antigos pequenos e médios poupadores, vendendo boa parte de seus estoques, cujos preços também haviam sido congelados no pico;

6.º — Os empresários em geral obtiveram altos lucros, sendo que alguns setores apresentaram lucros extraordinários nesse período, com taxas superiores a 300%.

4) Os trabalhadores, ao contrário, embora parcela considerável deles ainda continue iludida com os objetivos e

consequências do plano governamental, foram obrigados a reagir para defender seus direitos quase a partir do dia seguinte à decretação do plano;

1.º — Num primeiro momento reagiram quase que exclusivamente para manter seus salários nominais ou direitos adquiridos;

2.º — Num segundo momento, dando-se conta da recuperação da rápida capacidade ociosa de diversos setores da indústria e da lucratividade que estavam obtendo, reagiram para conquistar aumentos reais de salários;

3.º — Trabalhadores rurais não assalariados, interessados fundamentalmente na reforma agrária, em crédito barato, assistência técnica e garantia de preços, foram obrigados a reagir contra a resistência dos latifundiários à redistribuição das terras e contra a nova tendência de concentração fundiária capitalista.

5) Com quase cinco meses de vigência e em função dos reajustamentos que impôs à economia brasileira, o Plano Cruzado começou a apresentar sinais de esgotamento:

1.º — O abastecimento tornou-se um dos problemas mais sérios à população. Embora o governo tenha tentado remediar a situação de alguns setores

através da importação, diversos produtos continuam escassos e só são obtidos através de ágios, burlando pois o congelamento;

2.º — Os empresários começaram a descumprir de forma ainda mais intensa o congelamento por meio da operação maquiagem. Isto é, através da introdução de pequenas modificações nos produtos ou na embalagem, apresentando os antigos produtos como "novos" e com novos preços, mais altos evidentemente;

3.º — As taxas de juros e de câmbio voltaram a subir perigosamente, dando sinais de reativação da especulação financeira;

4.º — Os empresários simplesmente não investiram para aumentar sua capacidade produtiva, limitando-se a esgotar a capacidade ociosa e a produzir conforme a antiga capacidade instalada. E passaram a pressionar o governo para elevar os investimentos públicos, através das empresas privadas, descongelar os preços e reprimir mais seriamente as lutas dos trabalhadores;

5.º — Os trabalhadores simplesmente não aceitaram o confisco salarial e suas lutas colocaram perigosamente em risco não o Plano Cruzado, mas a demagogia com que o governo o envolveu. O plano, cujo objetivo central era transferir renda para o capital, deu certo. O que não estava dando certo era manter os trabalhadores na ilusão de que o Plano Cruzado beneficiava toda a sociedade. Diante das lutas, o governo e os empresários viram-se obrigados a reprimir os trabalhadores de forma cada vez mais arbitrária;

6.º — As dívidas externa e interna continuaram pesando de modo insustentável sobre toda a sociedade brasileira. Embora as taxas de juros internacionais tenham se tornado menos desfavoráveis, o pagamento de 10 a 12 bilhões de dólares anuais ainda representa uma sangria insuportável para a economia brasileira e uma eterna fonte de pressão por parte dos banqueiros e capitalistas estrangeiros para uma abertura ainda maior da economia brasileira ao capital internacional. E internamente, 1/3 do orçamento da União está comprometido com o pagamento dos juros da dívida pública, enquanto as estatais estão com mais de 100% de seu valor patrimonial comprometido".

A farsa do índice

Relembrando feitos da ditadura, o governo Sarney expurga o índice oficial que mede a inflação.



Edmar Bacha e João Sayad: o acordo pela trapaça

A posição adotada pelo governo de não incluir o chamado empréstimo compulsório sobre os automóveis e os combustíveis no cálculo da inflação acaba por jogar por terra a credibilidade que restava ao índice oficial. A atitude do governo Sarney não é nova: o ministro Mário Henrique Simonsen fez o mesmo quando do empréstimo compulsório estabelecido sobre os combustíveis — à época chamado de "simoneta".

Os tempos, no entanto, são outros e o que era antes urdido na surdina agora tem que dar conta de um debate público amplo. A posição do governo foi derrotada no Conselho do IPC: recebeu os votos contrários de José Luiz Homem de Melo (representante da CUT), de Nilson Duarte (representante do CGT), Paulo Haddad

(professor da UFMG) e Cláudio Haddad (do Banco Garantia). A favor da proposta do governo posicionou-se apenas Nildo Masini, da FIESP. Posicionaram-se também favoráveis à inclusão do empréstimo compulsório no cálculo da elevação dos preços a Fundação Getúlio Vargas, o Dieese e a Fipe.

Confrontado diante de uma posição minoritária, o economista Edmar Bacha, presidente do IBGE e responsável direto pelo cálculo da inflação, ameaçou se demitir do cargo. Durante vários dias, houve troca de farpas entre ele e os economistas reunidos em torno aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

A solução afinal encontrada pelos economistas do governo foi a da divulgação de dois índices: um oficial expur-

gado, que serviria de cálculo para a correção dos salários e ativos financeiros; outro, com fins meramente estatísticos, que considerava os empréstimos compulsórios sobre gasolina, álcool e automóveis como elevações de preços. Uma acomodação que preserva as relações entre os vários órgãos e economistas do governo.

A medida que o tempo vai passando, vai crescendo o número de mercadorias cujos preços reais, acrescidos de ágios, não são captados pelo índice oficial. A inflação real vai se distanciando cada vez mais da inflação oficial. E o movimento operário hoje já tem força, discernimento e capacidade para enfrentar a corrosão real do poder de compra dos salários, como o demonstra o crescimento das greves após o Plano Cruzado.

Porque o governo decretou o novo "pacote econômico"

Em entrevista a EM TEMPO, Maurício Borges, doutor em economia e vice-presidente do Sindicato dos Economistas de Belo Horizonte esclarece o significado das medidas de política econômica recém anunciadas pelo governo Sarney.



Desta boca, a verdade não flui

— No elenco das medidas econômicas recém tomadas pelo governo, quais você considera mais importantes. E por que elas foram adotadas?

Maurício — A mais importante delas foi, sem dúvida, a instituição do chamado empréstimo compulsório sobre o preço da gasolina, do álcool e dos automóveis, além de uma taxa de 25% sobre o dólar e as passagens para viagens ao exterior. Como foi anunciado, o consumidor passou a pagar 28% a mais pela gasolina (que passou a custar Cz\$ 6,10) e pelo álcool (que passou a custar Cz\$ 3,96). E na aquisição de automóveis, o comprador tem de arcar com um custo adicional de 10 a 30%. De acordo com os cálculos do governo, tudo isso gerará para ele uma receita extra de 3 bilhões de dólares.

O governo tomou estas medidas porque está em uma situação deficitária. Este deficit do governo é difícil de ser medido mas existe, é de um volume considerável e explica em grande medida esta sua meta de gerar uma receita extra de três bilhões de dólares. A questão fundamental, no entanto, é saber porque existe este deficit do governo.

Certamente não é porque exista hoje um excesso de gastos do governo. Sabemos que desde 1980 os gastos do setor público têm se retraído. Orçamentos importantes como, por exemplo, o

do DNER retrocederam em mais de 60%. Por outro lado, a Previdência Social está hoje relativamente equilibrada em seu orçamento.

O deficit de caixa do governo não existe também em função de um eventual excesso de investimentos do setor produtivo estatal. Também sabemos que desde 1980 as estatais reduziram os seus investimentos em cerca de 40%. O que ocorre neste sentido é exatamente o contrário: os investimentos em alguns setores básicos de infra-estrutura, como as redes de distribuição de energia elétrica, são hoje um ponto de estrangulamento da expansão industrial em curso.

Qual é, então, a razão do deficit do governo? A razão é simples e óbvia embora não seja apontada nem pelo governo nem pelos setores mais conservadores. O Estado brasileiro é responsável pelo pagamento de cerca de 80% da dívida externa. Principalmente desde 1983, o governo vem sendo obrigado a gerar uma enorme massa de recursos para pagar os juros da dívida externa. O setor produtivo estatal não tem capacidade para gerar estes recursos. Os lucros da Eletrobrás, por exemplo, foram, desde 1983, literalmente rapados. A proporção que representa o ônus do pagamento dos juros da dívida cresceu assustadoramente nos últimos quatro

anos, isto é, multiplicou-se por três.

A natureza do deficit do governo é, portanto, financeira e está vinculada ao pagamento dos juros da dívida externa. Para fazer frente a ele, o governo tem utilizado o recurso de colocar à venda no mercado títulos federais com juros necessariamente atrativos. O que tem levado a um novo crescimento da taxa de juros, situada hoje em torno de 25% e que deverá se elevar mais ainda, como reconheceu o próprio ministro Funaro.

— Mas até que ponto estas receitas estimadas em três bilhões de cruzeiros responderão a este deficit de natureza financeira?

Maurício — A previsão é que o governo gaste cerca de 8 bilhões de dólares neste ano no pagamento dos juros da dívida externa. É evidente assim que estas medidas recém tomadas não resolvem o problema do deficit público. A única forma de resolvê-lo é através de uma renegociação de conjunto da dívida externa.

Ao invés de atacar o problema da dívida externa, o governo preferiu onerar os setores assalariados médios, prejudicando também o conjunto dos trabalhadores na medida em que as decisões de política econômica tomadas se refletem também na elevação da inflação.

No entanto, esta receita deverá dar ao governo a capacidade de realizar al-

guns investimentos que estão sendo imprescindíveis como a expansão das linhas de transmissão elétrica, como a reparação da malha rodoviária, além de aumentar os recursos do BNDE.

— Maurício, para terminar: como você avalia hoje a capacidade do governo de manter o congelamento de preços por mais um período?

Maurício — Como havíamos previsto, o governo se beneficiou do que chamamos de "choque externo positivo" (redução dos preços do petróleo no mercado internacional, redução das taxas de juros internacionais, desvalorização do dólar) para a administração do congelamento. Neste sentido, se é verdade que os problemas de abastecimento têm se agravado em alguns setores e o pagamento do ágio (inflação camuflada, não registrada nos índices oficiais) tem se generalizado em outros, é verdade também que o governo tem podido utilizar uma certa folga externa para fazer frente a estes problemas. É o caso, por exemplo, da carne que está sendo importada pelo governo. Por outro lado, como havíamos dito também, o governo é incapaz de resolver completamente estes problemas de abastecimento já que não se outorga o direito e a tarefa de realizar uma efetiva fiscalização e, se necessário, confisco de mercadorias dos capitalistas.

110 mil bancários demitidos



Para as centenas de milhares de trabalhadores do sistema financeiro, o Plano Cruzado teve outra face: a ameaça do desemprego. De acordo com as informações divulgadas pelo sub-secretário de emprego do Ministério do Trabalho de março a junho foram demitidos 108.490 bancários em todo o país. Os dados não contabilizam os bancários demitidos com menos de um ano no emprego. Se estes fossem contabilizados, avaliam algumas lideranças sindicais bancárias, a cifra dobraria.

Os dados do Ministério do Trabalho registram mês a mês as proezas do "facão" dos banqueiros. As cifras oficiais de demitidos menos os bancários admitidos revelam a seguinte evolução: março — 6.568 bancários; abril — 31.337; maio — 26.280 bancários; junho — 16.462 bancários.

Quase 90% das demissões são de bancos privados. Os expedientes variam: o banco Itaú, por exemplo, instituiu

um sistema de "demissão voluntária" através do qual o bancário recebe algumas compensações monetárias em troca do emprego. Apenas uma forma de dar um aspecto civilizado à pressão e a ameaça do desemprego.

O "sacrifício dos bancos"

À época da edição do Plano Cruzado, bateu-se na tecla de que o sistema financeiro teria sido o grande sacrificado pelas medidas econômicas tomadas pelo governo. O que ocorreu, no entanto, é que com a eliminação da inflação retirou-se apenas uma das fontes do super-lucro dos bancos, que aplicavam no open o dinheiro obtido com os depósitos à vista.

Saídos como a grande vítima do Plano Cruzado, os banqueiros foram conseguindo vantagem atrás de vantagem. A idéia de introduzir algum tabelamento da taxa de juros, defendida por alguns membros da equipe que elaborou o Plano Cruzado foi logo descartada. E o que tem ocorrido

de lá para cá é exatamente o contrário: as taxas de juros tem se elevado continuamente, incentivadas pela política do governo.

Uma outra vantagem conseguida pelos bancos foi a possibilidade de cobrar dos clientes uma série de taxas de serviços, que antes eram fornecidos gra-

tuitamente. Mas onde os bancos jogaram mais pesado foi mesmo na racionalização dos custos, através do fechamento de agências e da demissão em massa de bancários. O número oficial de bancários demitidos ascende a cerca de 10% da categoria; o número total, no entanto, é estimado até em 20%.

Assine EM TEMPO:

Um jornal que coloca você por dentro da luta dos trabalhadores

A Editora Aparte Ltda.

Estou enviando um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. no valor de Cz\$

Assinatura do jornal EM TEMPO (Cz\$ 40,00 — 12 números)

A teoria leninista da organização — Ernest Mandel (Cz\$ 40,00)

Da crítica ao populismo à construção do PT — Raul Pont (Cz\$ 40,00)

Caminhos da Construção — Agamenon Vieira (Cz\$ 40,00)

Recorte e envie à Editora Aparte Ltda Rua Francisco Leitão, 57 Pinheiros — CEP 05414 São Paulo SP Fone: 852 8880

Denúncias, vigor e coerência na reunião da direção nacional do PT

Em Brasília, respirando uma pequena trégua da guerra que lhe move o Planalto, a direção do PT discute a conjuntura e toma várias decisões importantes.

No domingo, 10 de agosto, foi realizada em Brasília, no plenário da Câmara Federal, a III Convenção oficial do PT, para, segundo o regimento interno do partido, oficializar as decisões do IV Encontro Nacional do PT (inclusive a eleição do Diretório Nacional para o período de 1986/1988 — Diretório este que poderá ser modificado no Encontro Extraordinário previsto para fevereiro de 1987.

A convenção oficial do PT é um momento de festa; as decisões são tomadas nos Encontros (pré-convenções). Esta assinalou o crescimento do PT, e sua disposição de manter a sua linha de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e de enfrentamento dos patrões, apesar da enorme campanha de calúnias que o partido vem sofrendo.

Ao mesmo tempo, nos dias 9 e 10 de agosto, foi realizada uma reunião do Diretório Nacional do PT, para avançar em um conjunto de discussões políticas, para definir uma posição sobre a situação do PT na Bahia e para encaminhar diversas questões organizativas.

A discussão do momento político nacional mostrou haver um grande acordo no Diretório Nacional sobre a análise da campanha que vem sendo orquestrada contra o PT. Diversas intervenções assinalaram que as classes dominantes identificam no PT, na CUT (que identificam de modo exagerado até com o partido) e em setores da Igreja um polo de não submissão às regras que pretendem manter para a transição conservadora em curso, e percebem que estes setores, além de já terem crescido muito nos últimos meses, podem crescer muito mais, com o desenvolvimento do movimento popular.

As classes dominantes sabem que o PT é a expressão política deste polo.

Os ataques que vêm sendo feitos procuram queimar eleitoralmente o PT, isolá-lo, e fazer pressão para que mude, para que se adapte às formas mais "civilizadas" — e conservadoras — de política. Diante disto, o PT deve reafirmar sua posição e não ceder, não cair no parlamentarismo. Pelo contrário, deve ser muito mais ofensivo politicamente, apresentando suas propostas, tomando mais iniciativas.

Camadas médias, Brossard e Bahia

Nesta discussão, a única polêmica clara foi sobre a importância a ser dada a uma política para as camadas médias. Lula, dentre outros companheiros, enfatizou que nossa



Waldyr Pires: a este senhor não damos o nosso apoio

preocupação deve ser com as camadas populares, inclusive com os setores da periferia que apoiam Jânio ou Maluf, e não com as camadas médias. Maurício Pinto, de São Paulo, assinalou que não podemos tomar as camadas médias como um todo. Outros companheiros, como José Dirceu, afirmaram que o PT tem uma indefinição que dificulta a busca do apoio das camadas médias, o que deveria ser objeto de um maior esforço a partir da compreensão de vivermos no país uma "fase democrática e popular". Esta discussão, que vai prosseguir, mostra haver uma indefinição nas formulações do PT nestas questões.

Durante a reunião, companheiros de Goiás — inclusive uma companheira do "Bico do Papagaio", Lurdinha, que está ameaçada de morte — denunciaram o que está sendo a campanha "contra a violência" do sr. Brossard: tirar dos trabalhadores facões, facas de cozinha, retratos do Pe. Josimo (que "estimulam a violência"!); bandeiras do PT, espancar famílias de posseiros — e deixar os jagunços em paz.

A discussão política incluiu ainda o novo pacote econômico — ver matéria na pág. 9 — e a mudança na lei de greve.

Com relação à questão do PT da Bahia — que numa convenção em julho tinha de novo proposto por maioria o absurdo "apoio crítico" a Waldyr Pires e enviado um recurso neste sentido ao DN — foi aprovada uma resolução que dá uma semana de prazo ao Diretório Regional para se enquadrar na decisão do Encontro Nacional, o que agora significa fazer oposição a todos os candidatos a governador (não há mais prazo legal para lançar candidato), sob pena de intervenção. E determina ainda que se explique esta posição ao povo da Bahia, e que sejam destituídos os candidatos do

PT que apoiarem publicamente Waldyr Pires.

Uma questão polêmica

Finalmente, foram realizados pelo DN vários encaminhamentos organizativos, como a criação de uma Secretaria de Movimentos Populares, de uma Comissão para o Movimento Estudantil, de uma comissão para propor modificações no regimento interno.

O único polêmico foi o de formar uma comissão do DN para encaminhar a preparação da discussão da regulamentação de tendências do interior do PT, conforme deliberação do Encontro Nacional. Inicialmente, a Executiva havia se definido por uma comissão formada apenas por membros dela própria — Francisco Weffort, Paulo Azevedo, Wladimir Pomar e José Dirceu. Isto significaria ter na Comissão apenas membros da articulação majoritária. Isto foi questionado por diversos companheiros, da chapa minoritária (João Machado, de São Paulo, Joaquim Soriano, do Rio de Janeiro) e também da chapa majoritária (como Augusto Franco, de Goiás, e Clóvis Ilgenfritz e Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul).

Apesar da oposição inicial de vários membros da Executiva Nacional de São Paulo — como José Dirceu e Luis Eduardo Greenhalgh — afinal, por proposta de Francisco Weffort, a Executiva aceitou a inclusão de um membro da articulação minoritária — João Machado, de São Paulo — e isto foi aprovado por consenso. Prevaleceu, assim, a orientação dos companheiros de Goiás e do Rio Grande do Sul, que mostraram uma compreensão muito mais correta do problema (provavelmente porque nestes dois estados o fato de o PT vir trabalhando de forma unificada, procurando superar o sectarismo, tem sido fundamental para o seu grande crescimento).

Violência e democracia

A opinião deles e a nossa razão

O PT ama a violência e abomina a democracia: a opinião deles. Passamos da condição de jovem imaturo a de elemento incontrolável e perigoso. Além das calúnias, o que há de importante neste debate?

João Machado

A campanha insidiosa que vem sendo feita contra o PT por seu apego à "violência" ilustra bem as contorsões lógicas que fazem os políticos da burguesia. A partir da chacina de Leme — onde a polícia do governador Montoro abriu fogo contra trabalhadores desarmados (ET nº 210), tentaram responsabilizar o PT. E mesmo com esta manobra começando a fazer água (pois mesmo o inquérito viciado levado a cabo pela polícia civil deixa claro que a responsabilidade dos tiros foi exclusivamente dos policiais), não desistiram.

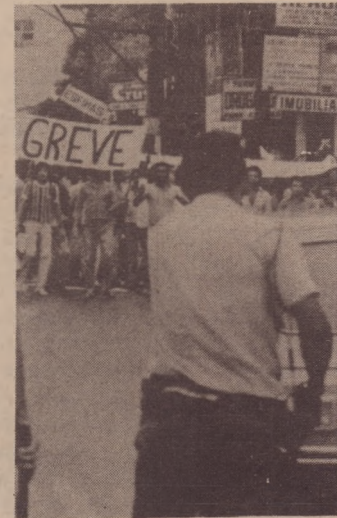
José Sarney e Marco Maciel deram declarações ao **Estado** e ao **Jornal da Tarde** (19/07/86) dizendo que estavam convencidos de que o PT, "desesperançado de conquistar o poder pelo voto, optou pelo caminho da violência e da luta armada". A prova desta linha seriam "os assaltos a bancos no Nordeste e os acontecimentos de Leme".

A partir de um episódio isolado e tresloucado praticado por ex-filiados ao PT, Sarney faz a incrível e despuddorada afirmação de que "a partir da prisão de filiados ao partido, em Salvador, flagrados assaltando um banco, esse tipo de assalto diminui em 50%, em todo o país".

Democracia e luta armada

Os antigos serviais da ditadura, recentemente convertidos às eleições, dizem que o PT não confia na democracia. E a grande imprensa repica. Mais do que repica: depois que a direção do PT encaminhou interpelações judiciais a Sarney, Marco Maciel, Brossard, Montoro e Romeu Tuma por suas acusações levianas e falsas contra o PT, e que estes tiveram de recuar para não serem condenados como caluniadores, é a grande imprensa que assume a tarefa de não deixar morrer o tema do PT — "descrença na democracia — luta armada".

Mesmo o jornal da imprensa burguesa ainda há pouco mais liberal (?), a **"Folha de SP"** após vários dias batendo nesta tecla, introduz no dia 26/07 o debate "Você acha que o PT é fator



de desestabilização da democracia?" e a 27/07, publica uma pesquisa de opinião com esta pergunta, e faz a vários dirigentes e militantes destacados do PT as perguntas: "O sr. acredita que o socialismo defendido pelo PT deve ser alcançado pela via eleitoral, respeitando a democracia representativa? Ou o sr. acredita que o socialismo só pode ser alcançado pela via armada revolucionária?" Ou seja: o PT virou a maior ameaça à democracia...

Podemos ser tentados a não levar a sério uma discussão (?) levada de forma tão sem-vergonha pelos donos do poder e por sua imprensa. Mas o fato é que, apesar dos absurdos, a questão é importante.

Sabemos que a razão desta campanha é o crescimento do polo do movimento operário e popular dirigido pelo PT e pela CUT e o fato de não se render à política da transição conservadora, de não aceitar se transformar, como fazem o PCB e o PC do B, em referendador dos golpes que o governo dá nas camadas populares. Depois de tratar o PT, por alguns anos, como um jovem bem intencionado mas imaturo, os defensores do capitalismo brasileiro passam a tratá-lo como alguém efetivamente perigoso.

A discussão em questão tem pois uma grande importância na conjuntura: é o reconhecimento, podemos dizer, da maioria do PT, de que ele é uma força real e não domesticável. E é a prova do caráter profundamente conservador do governo e das forças que o sustentam.

E apesar de ter sido pessimamente colocada pela **Folha** e por outros, remete a problemas de fundo.

Feministas realizam VIII Encontro Nacional

Realizado no Rio de Janeiro, o VIII Encontro Nacional Feminista reuniu 700 mulheres de 22 estados. Durante quatro dias foi discutida desde a sexualidade até a relação do movimento feminista com o estado.

A dinâmica do Encontro se baseou em oficinas, debates e vídeos divididos em três temas: a construção da identidade do movimento feminista, usos e abusos do corpo da mulher e relações de poder.

Na oficina "O Poder e a Política Feminista" foi discutido principalmente o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Criado no governo Sarney, em parte por pressão das próprias feministas, com a pretensa incumbência de promover a libertação das mulheres, o Conselho logo mostrou a que veio: é um organismo do Ministério da Justiça, controlado pelo "xerife" Brossard, sem nenhum poder de decisão e com membros escolhidos não entre representantes do movimento feminista mas rifadas entre os partidos que apoiam a "Nova República".

Ficou clara no encontro a necessidade de organizar as mulheres de forma autônoma e independente do Estado para que estas possam ter um real poder de influência e decisão; no entanto, a posição hegemônica foi contrária a luta pela construção de instâncias unitárias, ou entidades de mulheres, optando pela criação de uma rede compostas de pessoas em cada estado.

Refletindo na prática a mesma orientação, a Comissão Coordenadora do encontro buscou desenvolver uma forma "mais democrática" de participação, e na verdade caiu no oposto. O VIII Encontro não teve plenárias de

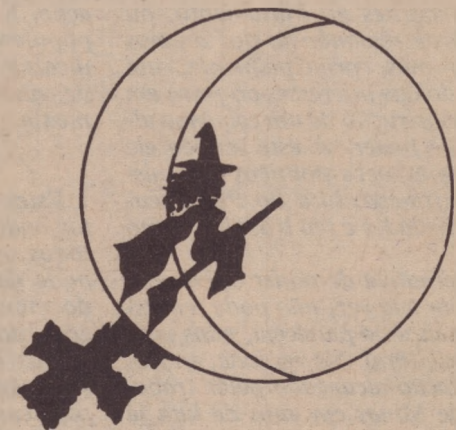
votações, uma forma considerada "dura" de fazer política, e as principais decisões acabaram sendo tomadas por um pequeno grupo.

Não há socialismo sem feminismo

Durante o encontro houve uma reunião das feministas do PT com a participação de 50 mulheres. Uma das primeiras constatações das mulheres petistas foi a dificuldade do partido como um todo assumir as plataformas feministas. Outro aspecto ligado a este é que em vários estados não foi lançada nenhuma mulher a deputada federal, refletindo a dificuldade de participação política da mulher mesmo dentro do PT.

Para a resolução destes problemas, foi tirada a orientação de que as feministas do PT coloquem esta discussão dentro do partido e mostrem que "o socialismo não é apenas a apropriação dos meios de produção pelo proletariado, mas a emancipação radical de mulheres e homens". Exemplos de trabalho positivo nesse sentido foram apresentados, se destacando o das Comissões de Mulheres do Rio e São Paulo e da Articulação Feminista no Rio Grande do Sul que estão conseguindo dar um tom lilás feminista as campanhas eleitorais do PT em seus estados.

Por fim, não tendo tratado de vários temas, as feministas do PT marcaram indicativamente uma reunião nacional para o primeiro semestre de 87.



O socialismo e a violência revolucionária

A primeira questão de fundo nesta discussão "democracia x violência" diz respeito, na verdade, ao caráter de um Estado capitalista como o brasileiro. É possível que seja conduzida a transição ao socialismo com base nas estruturas deste Estado? É possível entendê-lo como uma expressão da "democracia" (ou como algo que um pouco aperfeiçoado chegará lá?) Há alguma "democracia em geral" ou algum Estado democrático em geral?

É claro que o marxistas, os socialistas, ou os petistas em geral não podem acreditar em coisas como estas. É claro que todo o mecanismo deste Estado favorece a burguesia e prejudica os trabalhadores, e que todo o seu aparelho se volta para a defesa da propriedade capitalista e do seu poder. O mecanismo eleitoral da democracia capitalista, mesmo o mais avançado, favorece quem tem grandes recursos para fazer campanhas, para contratar gente para trabalhar nestas campanhas. Os trabalhadores, explorados e oprimidos nos locais de trabalho, têm maior dificuldade até para organizar um partido político. Com base no seu poder econômico, a burguesia tem todos os meios para difundir sua ideologia.

Ainda assim, os trabalhadores podem ganhar eleições. E aí têm de se enfrentar com outros problemas: as leis que garantem a propriedade capitalista, que dificultam sua socialização; o boicote econômico da burguesia, que tem todos os meios para isto. E, é claro, o pior problema: um aparelho repressivo, policial e militar, organizado de forma hierárquica, treinado para defender a propriedade e combater a organização popular (greves, mobilizações). É claro que só alguém muito ingênuo ou mal intencionado pode acreditar na "neutralidade" ou no "legalismo" de um tal aparelho.

Expropriação pacífica

É isto nos remete à segunda questão de fundo: é crível que

as classes dominantes aceitem tranquila e mansamente um processo de socialização dos meios de produção isto é, de sua expropriação?

É evidente que não: até a mais do que limitada reforma agrária da "Nova República" provocou uma enorme mobilização de proprietários de terra, bem pouco legalista por sinal.

Assim, podemos avaliar claramente a perspectiva de algum partido bem intencionado que queira promover uma passagem ao socialismo com o quadro da "democracia" burguesa. Quando conseguir ganhar eleições e formar um governo, passará a enfrentar toda sorte de dificuldades; estas dificuldades crescerão tanto mais quanto os avanços para o socialismo forem reais. Ameaçada, a burguesia promoverá o caos, o desabastecimento, conseguirá que a máquina do Estado não funcione, e criará as condições para lançar mão de sua grande arma: a intervenção do Exército, um golpe militar, ou algo parecido. Claro que a burguesia poderá complementar tudo isto com suas próprias milícias, com a sua violência particular.

Dentre muitas situações históricas deste tipo, duas merecem ser lembradas: o Chile de Allende e a Indonésia de Sukarno. Terminaram num banho de sangue (centenas de milhares de militantes populares assassinados na Indonésia) e em ditaduras militares. A história brasileira confirma tudo isto: o moderadíssimo e passavelmente conservador governo de Jango foi o bastante para provocar um golpe militar. O país terá mudado hoje? Bem, com a UDR, fica difícil acreditar...

A concepção marxista

É por estas razões, confirmadas até a enésima vez pela experiência histórica, que a idéia de passar ao socialismo no quadro do Estado "democrático" burguês é totalmente irrealista. Não porque não acreditemos na democracia,

mas justamente porque quando as coisas esquentam este Estado deixa de ser democrático. Os partidos "socialistas" que chegaram ao governo em Estados capitalistas e não foram derrubados — como o PSOE espanhol, citado pela Folha de São Paulo como exemplo — já tinham dado muito antes todas as garantias de que não mudariam nada de fundamental.

A concepção marxista é muito mais realista: a passagem ao socialismo exigirá um outro tipo de Estado, construído a partir da organização dos trabalhadores, da centralização de seus organismos de poder, do controle pelos trabalhadores de todo o aparelho de Estado (que terá de ser um outro aparelho, isto é, supõe a destruição do Estado burguês e a construção de um outro). O Exército burguês tem de ser substituído por milícias populares. Isto não significa não acreditar na democracia, mas pelo contrário, significa achar que a democracia tem que ter meios de ser defendida pelos que realmente têm interesse nela: os trabalhadores e camadas populares.

Além disso, a destruição do Estado burguês e a formação de um novo Estado, operário, não tem obrigatoriamente de ser um processo violento. Se a organização e a mobilização dos trabalhadores avança de forma impetuosa, o Estado burguês pode ser destruído "de dentro". Na revolução russa, na medida em que crescia a autoridade dos soviets, vários órgãos do Estado czarista (compostos por funcionários populares) começaram a reconhecer a sua autoridade; o Exército czarista foi se desintegrando, porque os soldados começaram a aderir em massa também aos soviets. Na verdade, na Revolução Russa, a violência partiu fundamentalmente da invasão do país pelos Exército brancos, depois do governo soviético já estabelecido.

Vietnã e Nicarágua

Toda a experiência histórica confirma que o grau de violência de uma revolução vitoriosa depende das classes dominantes, das condições que têm de conturbar o processo. Para os socialistas, o desejável é que não haja violência nenhuma. E não apenas por razões humanitárias: o Vietnã, por exemplo, até hoje sofre as consequências da devastação provocada pela guerra, pelos bombardeios. A Nicarágua é obrigada a gastar recursos preciosos para enfrentar os "contras", o que complica todo o processo de construção do socialismo.

Os socialistas revolucionários querem a democracia. Por isso mesmo, não concordam em que ela seja "defendida" (na verdade, fraudada e frustrada) pelos aparelhos do Estado burguês, pelo seu Exército e pela sua polícia.



Tomás Mata Machado

A Maria Fumaça e seus vagões entrecortando montanhas e serras há muito deixou de ser a paisagem de Minas. Tornaram-se também lembranças as imagens daquela Belo Horizonte província, contida dentro da avenida do Contorno; do pequeno comércio; das poucas indústrias têxteis e de alimentos. Como já é passado aquela história da Minas Gerais do leite e do café, quando milhares de joãos e suas mulheres e crianças faziam nas fazendas a vez dos coronéis, sempre do PSD ou da UDN.

Em pouco mais de vinte anos, o retrato daquela Minas é agora outro. Ao fundo, as montanhas estão neste exato momento dilapidadas, vazias do minério de ferro e outras tantas riquezas naturais. As florestas viraram carvão, para alimentar os fornos das grandes indústrias siderúrgicas, ao longo do Vale do Aço. A Contorno não conteve Belo Horizonte, agora espalhada por outros tantos milhares de hectares, com seus mais de dois milhões de habitantes. Como outras avenidas em Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia,

Montes Claros, Itajubá, Varzinha, Ipatinga, etc, também não contiveram o crescimento das vinte maiores cidades destas Gerais, agora grandes centros industriais concentrando cerca de 30% de sua população.

Fantasmas da agonia

A pequena firma comercial foi substituída pela grande indústria de produção, seja metálgica, elétrica, têxtil, de automóveis e tratores, de auto-peças, aço, até eletrônica. Formaram-se grandes centros urbanos em algumas poucas regiões do estado, onde as indústrias se implantaram, atraindo levas e levas de migrantes, pois para movimentar esta imensa máquina produtiva as empresas foram buscar no campo a mão-de-obra. O meeiro e o arrendatário, o camponês e o pequeno agricultor, anteriormente a serviço do velho coronel, encontraram-se agora sob o jugo do grande patrão. Tornaram-se operários mas também sem poder usufruir das enormes riquezas que produzem nesta nova condição.

Algo semelhante, embora de maneira menos intensa, se passou no campo. A introdução da agro-indústria, de novas técnicas de produção, a concentração da propriedade da terra, se não foi suficiente para resolver o eterno problema da baixa produtividade de alimentos, consolidou a expulsão

dos homens do campo, criando em diversas regiões a figura do bóia-fria. Vivendo em condições sub-humanas inclusive na periferia de pequenas cidades, já em adiantado processo de favelamento, os bóias-frias varam as madrugadas de Minas nas carrocerias dos caminhões, vagando de campo em campo, colhendo café, plantando soja, como fantasmas desta agonia a enriquecer ainda mais o grande empresário.

Sem calçamento ou alegria

Este processo, chamado de "milagre mineiro", nada tem de tão milagroso assim. O grande capital multinacional, associado ao Estado e aos herdeiros dos antigos latifundiários e grandes comerciantes, pode encontrar no interior

mão-de-obra farta e barata para movimentar suas máquinas, garantindo retorno certo e rápido para seus investimentos. Exemplos não faltam. A FIAT, para ser implantada em Minas, contou com a participação do Estado, como acionista, e fabulosos incentivos fiscais em meados da década de 70. Além disso, pode atrair e formar um exército de dez mil trabalhadores jovens e mal pagos, em curtíssimo tempo, com a promessa de uma vida melhor na cidade grande. Seus lucros em 1985, por exemplo, chegaram a 43 milhões de dólares, mas desta soma quase nada restou para os operários.

Se não bastasse a brutal exploração nas fábricas, nas agro-indústrias, na nova fazenda, nenhum compromisso teve o Estado também com a

sobrevivência dos trabalhadores nos centros urbanos. As cidades incharam, sem que fossem dotadas de mínimas condições de infra-estrutura, para abrigar os migrantes e suas famílias, dando-lhes condições de vida no mínimo superiores às dos ranchos e casebres de pau-a-pique, das barrancas dos rios.

Burguesia curta e grossa

Para os deserdados, a rota da cidade-esperança tornou-se assim a rota da desilusão, das favelas, dos barracos de papelão e compensado, sem água, luz, calçamento ou alegria. E o "progresso" surgiu-lhes como martírio materializado sob a forma de longas jornadas de trabalho onde se esmeram em aplicar novas e mais massacrantes técnicas de produção em ambientes de trabalho — como nas fábricas e empresas urbanas — onde a penetração da luz solar praticamente inexiste, entupidas de máquinas, barulhentas, onde respiram pó e substâncias químicas as mais variadas, onde o risco de doença e morte é diário.

Afinal, financiadores do grande capital, administradores dos interesses de uma burguesia curta e grossa, os governos militares e seus prepostos não mantiveram qualquer compromisso com a questão social, fazendo da vida de milhares de trabalhadores um inferno.



O "milagre mineiro": fantasmas da agonia

E um compromisso

Centralizar a ação política dos oprimidos

É preciso que o deputado do PT seja, antes de mais nada, a expressão de um compromisso permanente com a luta operária e popular. Ele não deve ser apenas um porta-voz dos interesses dos trabalhadores no Parlamento; ou uma caixa de ressonância dos anseios populares, mas, principalmente, um subordinado aos interesses do povo em luta pela construção de um esquema alternativo de poder. A este serviço ele colocará os espaços políticos conquistados, a infra-estrutura do Parlamento, suas atividades e seu trabalho como um todo.

Esta alternativa de poder operário e popular, por sua vez, não pode ser vista como mais uma panacéia, mais uma promessa eleitoral. Na verdade, o nível de organização alcançado pelos trabalhadores de Minas em anos de luta já comporta a existência de instrumentos centralizadores de ação política em cada cidade ou região, reunindo não ape-

nas os sindicatos combativos mas também as associações comunitárias, os movimentos dos jovens, das mulheres, dos negros, das minorias, em fóruns permanentes de discussão, debate e ação. É preciso construir os conselhos populares a partir dos organismos sindicais e comunitários mais combativos de cada região, reunindo-os periodicamente.

Espaço alternativo

Estes conselhos serão os instrumentos onde ocorrerão com seus interesses todos os explorados e oprimidos. Ele pode dar nova vida às reivindicações do movimento das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos artistas e outros que se interessarem em construir uma nova Minas a partir da disputa com os grandes patrões em torno do controle do estado. Estes conselhos serão os organismos aos quais, em última instância, o parlamentar do PT de-

ve se submeter. Um espaço alternativo de formulação de políticas amplas dos trabalhadores de cada região e de controle, efetivo, sobre o mandato daqueles deputados que se credenciaram nas lutas como legítimos representantes do povo.

O deputado do PT deve se submeter a este conselho do movimento sindical e comunitário de cada região, contribuindo para que os interesses de todos os explorados e oprimidos venham a prevalecer no curso da luta que solda os sonhos de todos os trabalhadores mineiros na conquista de uma democracia socialista neste país.

Tomás Mata Machado é médico, coordenador da Residência de Medicina Social da UFMG, presidente do PT de Belo Horizonte e membro da Direção Nacional do Partido. É candidato a deputado estadual pelo PT mineiro nas próximas eleições.



Sonhos que viram lutas

38º Reunião Anual da SBPC

Os cientistas e a "Nova República"

A comunidade científica brasileira vive uma crise de identidade: autonomia e espírito crítico ou cooptação e subserviência.

Romualdo Portela

Em sua 38ª Reunião Anual, realizada de 9 a 16 de julho em Curitiba, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência deixou evidente a mudança de seu papel como fórum de divulgação e debate do trabalho científico e de articulação independente dos cientistas brasileiros.

Durante a ditadura militar — notadamente a partir de 1975 — a Reunião Anual da SBPC foi um importante evento onde a comunidade científica protestou e se organizou na defesa de um projeto de redemocratização do país. Esta postura, em 1978, pleno governo geisel, implicou na proibição da 30ª Reunião Anual, inicialmente marcada para Fortaleza e transferida às pressas para São Paulo. Durante as reuniões da SBPC, eram realizados encontros de várias sociedades científicas (de físicos, de matemáticos, de sociólogos), de estudantes de graduação e de pós-graduação. Neste período, a reunião da SBPC era mais do que uma reunião científica, adquirindo ares de um imenso evento oposicionista, onde se discutia, se articulava e se sonhava o fim da ditadura militar...

Com a "Nova República", muitos dos

principais intelectuais brasileiros foram chamados a ocupar postos no governo. Em vista disso, várias organizações da sociedade civil entraram em profunda crise de identidade, algumas chegando a se descaracterizar totalmente enquanto organismos independentes. Esta crise se evidenciou também na SBPC, onde o governo conta com trunfos importantes: além de ser o principal financiador e empregador da comunidade científica, conta com boa base de apoio no interior desta comunidade.

Enamoramento perigoso

As respostas até agora ensaiadas a esta situação vão desde a declaração de que a SBPC está "enamorada do governo" feita pelo seu atual presidente Crodovaldo Pavan (licenciado do cargo para assumir a presidência do CNPq — uma das principais agências governamentais de financiamento à pesquisa) até os que acham que a entidade deve preservar a sua autonomia frente ao governo, recusando qualquer apoio "semi-oficial" — mesmo que velado — à "Nova República".

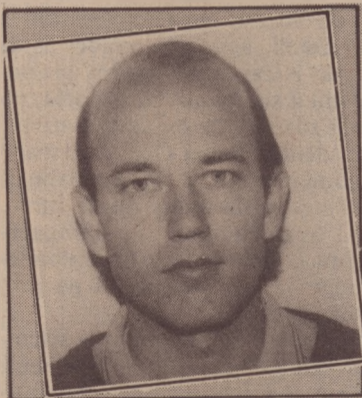
Enquanto permanece neste dilema, a reunião anual da SBPC vai sofrendo um processo de esvaziamento progressivo, tanto de público como de trabalhos em algumas áreas. Este ano, por exemplo, as áreas de educação e sociologia apresentaram-se bastante esvaziadas. Por outro lado, tem aumentado a importância da Reunião Anual para as áreas de física, química e biologia, onde este ainda é o fórum de divulgação mais importante.

Ficam duas questões importantes para a reflexão. Em primeiro lugar, a comunidade científica vai perdendo a sua capacidade de intervenção unificada na definição das políticas governamentais, fragmentando-se em inúmeros grupos de pressão, localizados e corporativos. Em segundo lugar, vai progredindo a cooptação de setores importantes da intelectualidade para o projeto da "Nova República", o que representa um obstáculo importante para o processo de democratização do país. Veja-se, por exemplo, o papel dos ex-economistas da oposição, repetindo Delfim Neto e "corrigindo" índices de inflação.



Porto Alegre

Associações de moradores realizam II Congresso



— Qual a situação do movimento comunitário em Porto Alegre?

Waldir — A UAMPA tem crescido muito desde a sua fundação em 16 de outubro de 1983. Aglutina hoje quase a totalidade das associações de moradores combativas em Porto Alegre. Possui quase cem associações filiadas. Quando surgiu a UAMPA tínhamos apenas a Fracab, federação de âmbito estadual, como pólo de urbanização do movimento comunitário.

Como toda grande cidade brasileira, Porto Alegre não possui condições de infra-estrutura urbana e aparelhos sociais para a população. Há milhares de pessoas morando nas vilas da cidade e nos loteamentos clandestinos, sob condições miseráveis. Agrava-se o problema da violência e do abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Neste período de três anos após a fundação da UAMPA, temos lutado por vagas nas escolas, por creches comunitárias, pela regularização dos loteamentos clandestinos, contra os despejos das áreas ocupadas, contra o aumento das

A União de Associações de Moradores de Porto Alegre realizou seu segundo Congresso nos dias 25, 26 e 27 de julho. Participaram 300 delegados, representando as 85 associações de moradores credenciadas. Entrevistamos o companheiro Waldir Bohn Gass, presidente reeleito da UAMPA e militante do Partido dos Trabalhadores.

passagens no transporte coletivo. No entanto, ainda não conseguimos unificar todas as lutas e é a atomização que facilita a política clientelista e paternalista dos governos municipal, estadual e federal.

— Quais foram as principais resoluções do Congresso da UAMPA?

Waldir — O II Congresso foi um passo importante na perspectiva de politização e unificação das lutas. A nova direção consegue unificar os setores combativos do movimento e é muito representativa. Por outro lado, a UAMPA reiterou a sua participação na luta pela Reforma Agrária, pelo não pagamento da dívida externa e por uma participação popular no processo constituinte. A nível municipal, nosso objetivo é unificar a luta pela participação na definição do orçamento municipal, por educação, habitação, transporte coletivo, saúde, segurança e respeito aos direitos humanos, pois entendemos que a burguesia sempre usa os recursos públicos para se beneficiar e espoliar os trabalhadores.

Metalúrgicos de Volta Redonda

Chapa 1 vence com 86 % dos votos

Nos dias 22, 23 e 24 de julho realizaram-se eleições para o Sindicato de Metalúrgicos de B. Mansa/Volta Redonda/Ressende, com toda certeza um dos principais sindicatos da CUT no Estado do Rio de Janeiro.

Em entrevista ao EM TEMPO Wagner Barcelos (membro da executiva da diretoria eleita) e Wanderlei Souza (metalúrgico da C.S.N. e presidente da CUT/Sul Fluminense e também membro da nova diretoria), falam sobre as eleições, nas quais a chapa 1 obteve cerca de 86% dos votos (16.598) contra 12% dos votos das duas outras chapas, em um total de 19.226 votantes.

— A que você atribui este percentual tão alto de votos para a chapa 1?

Wagner — Desde a derrota do pelego em 1983, que esteve encastelado no Sindicato durante muitos anos, a direção do movimento, que já era a chapa 1, veio desenvolvendo um trabalho sério e de muita franqueza com a categoria nas lutas que se apresentavam. Isto não significa que a direção não tenha cometido erros. Significa que os acertos foram infinitamente maiores que os erros.

— Como você avalia a importância dos metalúrgicos de

Volta Redonda no Sindicalismo do Estado?

Wagner — Sem dúvida alguma, essa região se constitui num dos maiores parques industriais do Estado com uma grande concentração operária.

Aqui, além da C.S.N. existem empresas multinacionais (Barbará, White Martins, etc.), e de capital privado nacional (S.B.M. do grupo Ermírio de Moraes, Fomasa, etc.). Enfim, guardadas as devidas proporções, a região Sul Fluminense está para o Rio de Janeiro assim como o ABC está para São Paulo, sob o aspecto do desenvolvimento industrial.

Wagner — Como presidente da CUT/Regional Sul Fluminense, como você vê a questão de duas chapas da CUT se confrontando?

Wagner — O fato é que a CUT ainda não tem instrumentos internos que garantam a plena democracia nas discussões e deliberações sobre este ponto, além de outros. É verdade que o estatuto da CUT representa um avanço de dimensões gigantescas em relação à atual estrutura sindical, porém, ainda não consegue impedir que hajam essas polarizações. Veja bem que não é só em V. Redonda, mas em várias outras regiões que ocorreram a disputa de duas chapas

que se reivindicam da CUT, num mesmo pleito eleitoral. Particularmente em V. Redonda este fato se deu porque um setor inexpressivo do movimento sindical, a chapa 2, não concordava com alguns encaminhamentos da direção.

— Quais as tarefas colocadas para a direção eleita?

Wagner — Em primeiro lugar, durante a campanha eleitoral, assumimos um compromisso com a categoria de funcionamento da direção na forma de colegiado. Isto vai contribuir para um avanço na criação de fóruns mais amplos e democráticos, que permitirão uma participação mais efetiva dos trabalhadores na direção do conjunto da categoria.

Em segundo lugar, temos a tarefa de ampliar ainda mais o apoio à consolidação da CUT na região e a nível nacional, fazendo cumprir o plano de lutas definido no Congresso Nacional, particularmente na luta contra a privatização das empresas estatais.

Finalmente, é necessário um trabalho intenso de formação política, tanto da direção como da categoria, que consiga criar uma perspectiva maior que a luta apenas por questões econômicas, colocando claro que a nossa luta é contra o capitalismo.

“Bem vindos povos do mundo à sepultura do imperialismo”, a faixa na manifestação.



Nicarágua

Fúria e alegria na festa da revolução

É notável o entusiasmo e o orgulho sentidos aqui nas atividades nos dias que antecederam o 19 de julho.

Muitas casas em Esteli ostentavam o sete vermelho e negro, símbolo do aniversário da revolução, ou estavam decoradas com bandeiras da FSLN ou da Nicarágua. Muitas traziam pichações ou faixas pregadas de lado a lado: “Após sete anos, continuaremos lutando pela paz”, “A revolução significa terras para os camponeses”, “Poder popular”, “Sandino vive” e “Se os yanques vierem, eles vão morrer”.

O mesmo ocorria nas pequenas fazendas ou cooperativas na estrada montanhosa e sinuosa através da qual se chega a Esteli. “Mulheres saúdam o sétimo aniversário apoiando as cooperativas”, dizia uma faixa.

O 16 de julho foi o aniversário da libertação de Esteli — a data na qual o representante da Guarda Nacional do ditador Somoza foi expulso da cidade. Milhares foram às ruas para festejar e assistir um festival de música rural em comemoração à data.

Várias centenas de camponeses, montados a cavalo, chegaram para os festejos. À sua frente, Julio Ramos, um dirigente da FSLN que ajudou a organizar a insurreição em Esteli. Camponeses orgulhosamente o indicavam, explicando que colaboraram com ele e outros dirigentes da FSLN durante a luta contra a ditadura. Outros observavam as conversas de camaradagem e brincadeiras entre os dirigentes da FSLN e os camponeses — algo que nunca ocorreu com os representantes do regime de Somoza.

Próximo dos festejos, 24 murais preparados por comitês comunitários de Esteli. Os murais coloridos mostravam as conquistas da revolução: uma escola, uma clínica médica, um curso de alfabetização de adultos, uma reunião para discutir a nova constituição da Nicarágua. Um mural exibia a Corte Internacional de Justiça, de Haia, com as nações de todo o mundo condenando um arrogante Tio Sam por seus ataques à Nicarágua.

“O bispo Vega, assassino do nosso povo”

Muitos dos cartazes caricaturavam o bispo Pablo Antonio Vega, recentemente expulso da Nicarágua por suas ações de apoio aos *contras*. Um cartaz mostrava Vega diante de três covas.

Sob cada uma delas, a inscrição: “doze mulheres, doze crianças, oito trabalhadores” — todos vítimas de um recente ataque mercenário. Atrás de Vega, em grandes letras: “Judas matou o senhor. Vega assassina nosso povo”.

Outro mural, mostrava Vega na Casa Branca, bebendo whisky e recebendo dólares, junto com Reagan e outros *contras* proeminentes.

O dia 17 de julho foi o Dia Nacional da Felicidade — o aniversário do dia em que o ditador Somoza deixou a Nicarágua em 1979. Ele foi celebrado com festas e festivais no campo. Em San Nicolás, uma pequena cidade rural 22 milhas a sudoeste de Esteli, houve uma festa animada com prêmios e doces para as crianças locais. Perto dali, doze camponeses, membros de uma Igreja Evangélica, trabalharam como voluntários na construção de uma ponte.

Saul Sala Gomes, dirigente do governo municipal, orgulhosamente mostrou as construções municipais quase terminadas de construir e indicou as clínicas de saúde, escolas e projetos de água potável que eles construíram desde a revolução. San Nicolás é o centro de uma área rural de oito mil habitantes. Muitas pessoas lá colaboraram com a FSLN antes da insurreição, e muitas continuam ativas na cooperativa camponesa, nas milícias.

Contras ameaçam as festas

As estações de rádio dos *contras*, transmitindo desde Honduras, advertiram o povo a não ir às comemorações do 19 de julho. Ameaçavam atacar a manifestação e chamavam os sandinistas de irresponsáveis por convocar a

comemoração do aniversário da revolução em Esteli.

Estas ameaças foram levadas a sério pelos sandinistas, pois apesar das derrotas militares, os *contras* têm demonstrado capacidade de realizar sangrentos atentados. No início do ano, eles haviam atacado cooperativas e viajantes na região além de explodir uma bomba na estação condutora de eletricidade para Esteli.

Unidades extras da milícia e tropas do Ministério do Interior foram deslocadas para bloquear um eventual atentado. Organizados em milícias, trabalhadores e camponeses da região se espalharam para vigiar estradas, pontes, cooperativas e vilarejos.

No dia 20 de julho, o Ministro do Interior informou que haviam sido interceptados e capturados três equipes de *contras*: uma delas orientada no sentido de assassinar Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, outra enviada para realizar boicotes econômicos em Manágua e outro grupo que carregava explosivos C-4.

As medidas de segurança e a mobilização popular conseguiram o seu objetivo. Dezenas de milhares de pessoas atravessaram as zonas de guerra e retornaram para casa sem acidentes.

Protesto contra a guerra

Um pouco antes do amanhecer do dia 19, começaram a chegar a Esteli grandes contingentes de camponeses vindos de toda a região. Um grupo de trabalhadores rurais vindos de La Mia, a maioria mulheres, disseram que haviam viajado oito horas na carroceria de um caminhão para estar presente na manifestação. A fazenda La Mia pertencia a Somoza.

Esteli, uma pequena cidade a 25 milhas de Honduras, foi escolhida para sediar as comemorações do sétimo aniversário da revolução Sandinista. Um gesto ousado mas que reflete o avanço na luta contra a guerra suja do imperialismo: na região, que margeia Honduras em 190 milhas, os *contras* já não têm nenhuma base instalada e viram sua influência política decair vertiginosamente.

EM TEMPO traz aqui a fúria e a alegria da revolução nas palavras de Harvey McArthur, correspondente do semanário *The Militant*, presente nos festejos de Esteli.

Camponeses de San Juan do Rio Coco vinham em passeata, com o refrão “Em Nicarágua sempre será 19 de julho” e “Escutem! Escutem! San Juan está na luta”. Um contingente vindo de Rene Barrante, uma comunidade de Esteli, carregava a faixa “Explicamos aos yanques. Não queremos a guerra aqui. Lutamos pela paz e por uma nação socialista”.

Um dos dirigentes deste grupo, Aura Lila Solis, uma professora, disse que passaram o dia anterior junto com os soldados do Exército. E também organizaram hospedagem para as centenas de camponeses que chegaram um dia antes da manifestação.

50 mil na manifestação

Mais de 50 mil pessoas lotaram a praça de Esteli, agitando bandeiras da FSLN e da Nicarágua. Muitos grupos carregavam a sua bandeira própria, indicando a sua cidade ou cooperativa.

O presidente Daniel Ortega deu início às comemorações. Julian Salinas, um trabalhador na indústria de fumo, chamou “os trabalhadores nicaragenses a seguir o exemplo dos trabalhadores de Segovias — vanguarda na produção, na defesa”.

O povo ouviu atentamente o discurso de Ortega e aplaudiu calorosamente quando ele denunciou a agressão americana e reafirmou as medidas tomadas contra o diário *La Prensa* e o bispo Vega, pelo seu apoio à intervenção americana na Nicarágua. Manifestou o seu apoio quando Daniel Ortega explicou que, devido às dificuldades econômicas causadas pela guerra, os bens escassos iriam com prioridade para os soldados, os camponeses e os trabalhadores. Explodiram em aplausos quando Ortega desafiou outros presidentes da América Central a ver qual governo distribuiria mais terras aos camponeses.

Juan Polanca, secretário de uma cooperativa, veio para a manifestação junto com um grupo de camponeses de Telpaneca. Ele disse: “a revolução nos trouxe muitos benefícios: cuidados médicos, educação, terra, financiamento. Agora não temos de trabalhar para os grandes senhores de terra”.

E deixou uma mensagem para Reagan: “Diga a ele que não queremos guerra. Sem ela, nós teríamos muito mais progresso. Mas diga a ele também que se os mariners americanos vierem, estamos preparados para dar nossas vidas em defesa da nossa revolução”.

Heróis do internacionalismo

Uma covarde emboscada armada pelos *contra-revolucionários* resultou na morte de três companheiros internacionalistas. São eles o alemão-ocidental Bernhard Koberslein, o suíço Ivan Leibert e o francês Joel Feox. Eram voluntários trabalhando em projetos de construção e obras públicas que ofereciam o seu apoio à revolução. No atentado, dois soldados da Frente Sandinista perderam suas vidas.

Desde 1983, já foram sete os voluntários internacionais mortos na fronteira norte da Nicarágua. Em maio deste ano, os *contras* mantiveram sequestrados oito voluntários da Alemanha Ocidental, durante quase um mês.

É para este tipo de ações que vão os cem milhões de dólares, recém liberados pelo governo americano para a *contra-revolução*.

Negociações EUA/URSS

A ofensiva diplomática de Gorbatchov

As propostas de desarmamento feitas pelos soviéticos se multiplicam e deixam Reagan em situação cada vez mais difícil perante a opinião pública mundial.

Natacha Brink

Depois das negociações de Genebra, as relações entre Estados Unidos e União Soviética entraram em nova fase. As recentes propostas de Gorbatchov confirmam esta evolução. Um plano de redução dos armamentos na Europa foi proposto pelo Pacto de Varsóvia, reunido recentemente em Budapeste. Segundo este "Apelo de Budapeste", que trata das forças convencionais, os soviéticos propuseram a redução de cem a cento e cinquenta mil efetivos das duas alianças militares em um ou dois anos. Por outro lado, a Agência Tass divulgou um plano de "Paz nas Estrelas", que propõe "uma organização espacial mundial" para a conquista do espaço. As grandes linhas deste plano já haviam sido formuladas desde o verão passado para se opor ao programa americano Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), o chamado "Guerra nas Estrelas". Enfim, Reagan recentemente confirmou que os soviéticos defenderam em Genebra uma proposta de desarmamento nuclear e espacial.

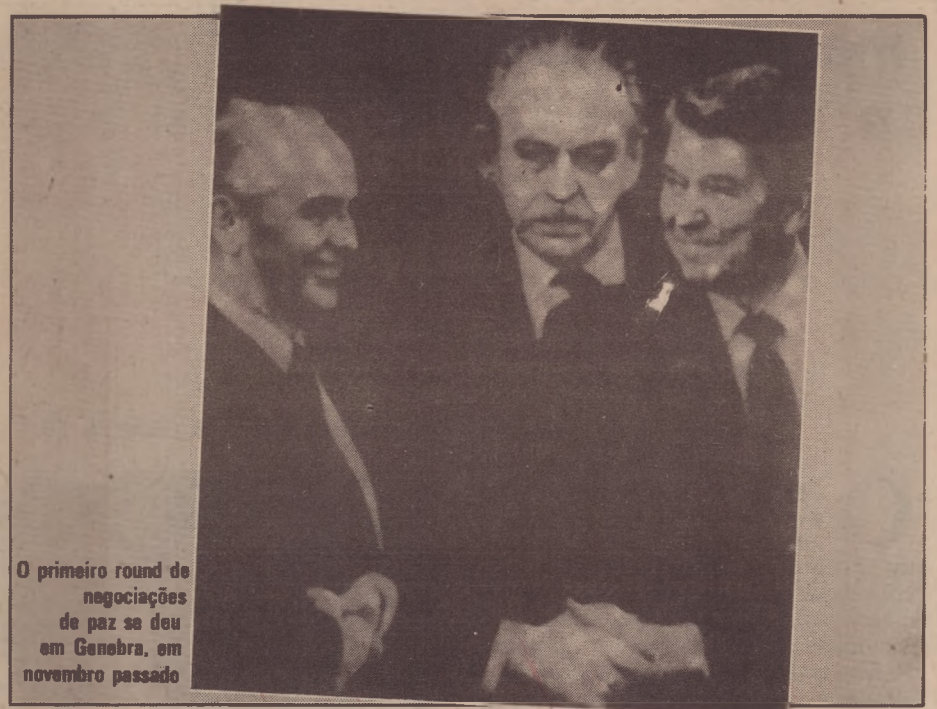
Face a esta avalanche de propostas, os americanos estão na defensiva: Gorbatchov forçou-os a reconhecer a sua

iniciativa. A direção soviética manifestou a disposição de prosseguir e de aprofundar a iniciativa diplomática iniciada em Genebra. Aos olhos da opinião pública internacional, inquieta com a corrida armamentista e com os riscos da guerra, Gorbatchov aparece mais coerente e mais radicalmente partidário da paz que Reagan. Este, declarando-se encorajado pela multiplicação das propostas soviéticas de desarmamento, afirmou categoricamente que "o tratado SALT-2 não existe mais" (limitação das armas estratégicas).

Segundo a Casa Branca, este tratado, concluído entre Brejnev e Carter, vem sendo violado desde o início pela URSS, especialmente pela colocação em operação dos mísseis SS-25. Reagan optou por abandonar o SALT-2 no mesmo momento em que a decisão de instalar os mísseis Cruise em cento e trinta e um bombardeiros estratégicos B52 foi tomada de maneira irrevogável e sem que medidas de retirada de outras armas estratégicas fossem anunciadas.

Interesses econômicos

Da atitude americana ressalta atualmente uma grande impressão de confu-



O primeiro round de negociações de paz se deu em Genebra, em novembro passado

são, recheada de declarações contraditórias. Em todo caso, a Casa Branca não recua de maneira radical de nenhum de seus projetos em curso. Os interesses em jogo são essencialmente os da economia americana e se engajar em uma redução massiva de armamentos seria, ao mesmo tempo, renunciar a desempenhar o papel de direção mundial.

Para o Kremlin pelo contrário, a redução das despesas com armamento é um objetivo necessário do ponto de vista econômico. A igualdade de armamentos com os Estados Unidos é o único meio de defesa de seu sistema. Ora, se o nível deste armamento é muito elevado e não cessa de crescer, esta corrida só pode efetuar-se às expensas das massas trabalhadoras soviéticas. Sem o

fim da corrida armamentista, todas as reformas burocráticas que visam relançar o crescimento da economia serão colocados em cheque.

Frente a tal perspectiva, Gorbatchov procura manter uma ofensiva de grande amplitude no terreno diplomático, apoiando-se na opinião pública favorável à paz e isolando assim o governo americano. Mas sobretudo procura diminuir as despesas essencialmente improdutivas, transferindo os esforços para os setores em piores condições da economia soviética, como a agricultura, os transportes, a indústria leve ou certos setores da indústria de ponta. Conservando a ofensiva para suas propostas, Gorbatchov joga sobre duas alternativas.

Apartheid

Reagan e Thatcher resistem às sanções

Se as potências imperialistas quizessem, colocariam Pretória de joelhos em poucos dias.

O movimento que exige sanções econômicas contra o governo sul-africano experimentou um crescimento importante. A maioria dos países da Commonwealth adotou sanções contra a África do Sul, e o senado americano aprovou uma resolução que inclui sanções econômicas, embora ainda de caráter bastante limitado.

Esta vitória política da luta anti-apartheid só não é maior devido à dura resistência que Reagan e Thatcher tem oferecido a este tipo de atitude. Apesar das manifestações de massas, da pressão de outros governos e do conjunto da opinião pública mundial, os governos americano e inglês não ousam contrariar os interesses estratégicos que o imperialismo possui na região e dos quais o governo de Pretória tem sido o maior aliado.

Se a negativa desses governos denuncia os interesses estratégicos que possuem na manutenção do apartheid, as sanções até agora adotadas por outros países se revelam de uma ineficácia a toda prova. E desmentem sobretudo as justificativas "humanitárias" de Reagan e Thatcher de que a imposição de sanções resultariam em maior prejuízo à população sul africana e aos países menos desenvolvidos da região, que dependem da economia da África do Sul para sua sobrevivência.



Diga não ao apartheid: cem mil na marcha de 14 de junho em Nova York

A esse respeito, o semanário inglês **The Economist** desmascara a farsa das sanções até agora impostas ou propostas. Segundo o jornal inglês, o corte das exportações para a África do Sul é uma medida completamente inócua, seja a curto, médio ou longo prazo. Ao contrário, bastaria que as principais potências ocidentais colocassem no mercado mundial algo dos 90% do ouro e diamantes do mundo, depositados em seus cofres, que fariam cair vertiginosamente o preço desses dois produtos vitais para a economia sul-africana (respondem por cerca de 50% das divisas externas obtidas pela África do

Sul), deixando em dificuldades insolúveis o governo de Pretória.

O aumento da repressão

As dificuldades do governo sul-africano não são menores no plano interno. O crescimento das mobilizações anti-apartheid fez com que o governo desencadeasse a maior onda repressiva desde o verão de 85, com a prisão de cerca de 4,5 mil pessoas desde 12 de junho, dos quais o governo já anunciou a condenação de 800. O conjunto das organizações anti-apartheid está sendo

perseguido, especialmente os dirigentes das comissões de empresas e dos chamados "comitês de rua".

O caráter massivo das prisões e a extensão geográfica das zonas atingidas demonstram também o enraizamento social da luta dos negros sul-africanos e a necessidade do governo de demonstrar uma força que na verdade não possui. A tentativa do governo é derrotar de forma duradoura o movimento de massas, modificando certos aspectos do apartheid e consolidando seu projeto institucional.

Mas a resistência ao estado de emergência já se organiza, passado o primeiro momento de dificuldades, principalmente através das greves dos mineiros e da pressão para que o patronato denuncie a prisão dos militantes sindicais.

As manifestações massivas contra o apartheid também começam a acontecer fora da África do Sul: 250 mil pessoas fizeram a maior manifestação deste tipo já ocorrida na história da Inglaterra. Nos Estados Unidos, grandes manifestações começam a acontecer. O crescimento da solidariedade do movimento operário e democrático internacional já cumpre e pode cumprir um papel ainda mais importante na luta pelo fim do apartheid.

II Congresso Nacional da CUT

Aliança operária e camponesa em marcha

Nunca a questão agrária esteve tão presente num congresso operário no Brasil. Isaac Akcelrud

O destacado papel desde já assegurado ao 2º Congresso Nacional da CUT na história do movimento operário brasileiro assenta em grande parte na amplitude da participação dos trabalhadores rurais e na qualidade das resoluções tomadas. Passou o tempo das declarações rituais alheias à prática da luta diária e das decisões formais e apressadas de última hora diante de plenários praticamente vazios. O sindicalismo independente assume como sua a luta pela Reforma Agrária.

Os trabalhadores da roça estavam representados por 36% dos delegados. Um expediente inteiro foi reservado ao problema da terra. O Congresso foi aberto com o Tribunal da Terra que condenou o latifúndio, o Estado e as multinacionais. Encerrou seus trabalhos, convocando à luta por Terra, Salário, Emprego e Liberdade. A questão agrária nunca esteve tão presente e efetiva em um congresso operário, no Brasil, como desta vez. Um indiscutível passo à frente.

Fundamental é porém, o avanço qualitativo que ultrapassa todas essas evidências quantitativas. As resoluções não estão orientadas pelo enfoque primário, imediatista e economicista do "aumento da produtividade". A CUT se recusa a perder tempo e se nega a criar ilusões com a perfumaria de reformar e melhorar o plano do Governo. Os trabalhadores vão apresentar seu projeto próprio a ser elaborado ao longo do debate e da contribuição das bases e no processo da própria luta. A situação atual no campo é uma acusação viva e permanente ao capitalismo. Os trabalhadores da roça e os operários das fábricas enfrentam o mesmo inimigo e visam, em comum, a transformação socialista da sociedade. Aliança operário-camponesa.

Propriedade burguesa em cheque

O Congresso rejeitou as provocações e sofismas inspirados na Lei de Segurança Nacional — esse catecismo da ideologia burguesa. E colocou de lado o exibicionismo da "frase revolucionária" sobre as ocupações de terras. Para começo de conversa, não é a CUT quem delibera sobre ocupações, mas os próprios trabalhadores rurais sem terra. A ocupação é um direito. Portanto, "A CUT reafirma sua decisão de apoiar, incentivar e organizar todas as formas legítimas de posse e uso da terra feitas pelos trabalhadores rurais. A vida é maior que tudo e anterior a todos os títulos de propriedade privada dos latifundiários".

O direito à vida é superior e põe em cheque o direito à propriedade privada dos latifundiários. É esta a realidade brasileira. Por isto mesmo, a data meramente comemorativa e voltada para o passado — o Dia do Lavrador, 25 de



Antônio Houaiss, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Seabra Faqundes, Ana D. as, D. Tomás Barquero, do Tribunal da Terra.

julho — foi transformada em Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. É pra frente que andamos.

A experiência já vivida pelos Sem Terra foi sintetizada em dois tipos de luta — **resistência e conquista**.

A resistência enfrenta o grileiro, a pressão econômica dos capitalistas, os despejos para a construção de barragens.

A conquista começa pelas terras ociosas e mal aproveitadas, sejam de quem forem, públicas ou particulares. É a supremacia do direito à vida. A ocupação não gera dívida. Não há nis-

so tudo compra nem venda. Terra não se ganha, se conquista.

Assalariados da terra

O destaque aos assalariados rurais foi contribuição decisiva para um enfoque correto da questão agrária no Brasil. Não é por acaso que as classes dominantes preferem confinar o debate aos interesses e objetivos dos pequenos proprietários. A crescente penetração capitalista no campo acelera a formação diferenciada de um cada vez mais numeroso proletariado rural. Em São Paulo, os assalariados já são 2/3 dos trabalhadores do campo. Ao organizar a empresa rural, o capital não pode fu-

gir ao inexorável destino de formar seu coveiro.

Esse processo de diferenciação social no campo oferece um quadro muito diversificado, compreendendo assalariados permanentes, trabalhadores nômades (os bóias-frias), trabalhadores sazonais que completam seus ganhos durante as safras, trabalhadores rurais em vias de deslocamento para o regime salarial. O quadro varia de região para região e não pode ser submetido a esquemas de gabinete. Existem, entretanto, áreas já perfeitamente definidas de concentração de assalariados. É para esses pontos que se voltam as prioridades. Os trabalhadores rurais assalariados são o canal natural para o entrosamento e congeminação das lutas que irão balisar a formação da aliança operário-camponesa.

Nos sindicatos já filiados à CUT, recomendou o Congresso, deverão ser formadas comissões específicas de assalariados. É o caminho para acertar o funcionamento e estrutura mais adequados dos sindicatos de trabalhadores rurais. As reivindicações dos assalariados, já inteiramente desprovidos de qualquer propriedade e só dispo de sua própria força de trabalho, não são as mesmas dos pequenos e médios proprietários de terras.

A organização sindical dos assalariados escancara as portas para um amplo trabalho, em escala nacional, de organização de oposições sindicais para a conquista dos principais sindicatos, sua libertação e assensão ao sindicalismo combativo e autônomo, implantando a CUT no campo e guindando as lideranças dos assalariados às direções da CUT. São os assalariados rurais o ponto de apoio da alavanca para organizar também os temporários e sazonais, nos bairros, vilas e povoados, dando um caráter contínuo e permanente a uma luta agora reduzida apenas à época das colheitas.

Formação política

O sindicalismo brasileiro mostrou que está curado da crença na mágica das belas resoluções. Para estas passarem do papel para a prática, é preciso organizar, coordenar, avaliar, corrigir, formar. Não basta, porém, a competência técnica. É indispensável a visão política. Daí a importância decisiva da resolução sobre "a capacitação dos quadros dirigentes das lutas camponesas e de assalariados, numa perspectiva classista de superação da sociedade capitalista".

Não se trata de "cursos" e "cursinhos" livrescos, mas da formação política e cultural em ligação estreita com a ação prática. A formação político-sindical só pode ser teórico-prática. Cada luta é como a gota d'água, que contém todos os elementos existentes na causal. Cada luta traz à tona da consciência de classe a denúncia da exploração e a identificação do explorador.

Uma hora de salário para a luta no campo

O II Congresso transformou em campanha nacional uma iniciativa da CUT gaúcha: os trabalhadores brasileiros estão convocados a doar o salário de uma hora de trabalho para a luta pela Reforma Agrária, a partir do apoio aos trabalhadores rurais sem terra. Decisão unânime.

A CUT do Rio Grande do Sul lançou sua campanha em solidariedade aos Sem Terra acampados na fazenda Anoni. É uma luta que já dura dez anos. Repercutiu em todo o país a caminhada que fizeram, cobrindo 420 kms até Porto Alegre. Delegações dos sem terra estão acampadas diante do Inca e do palácio do governo.

A mobilização dos trabalhadores urbanos orienta-se pelo princípio "Se eles não fazem, nós fazemos",

juntando forças dos trabalhadores da cidade e do campo. No Rio Grande do Sul, as contribuições são depositadas em conta especial no Banco Meridional e através da aquisição de bônus da campanha nos valores de 30, 60, 80 e 100 cruzados.

A movimentação não se limita à arrecadação de dinheiro. Seu traço característico é levar o debate para o centro da atividade sindical, fundindo a luta pela terra com as reivindicações dos trabalhadores urbanos. A campanha funciona como um canal para a construção da aliança operário-camponesa.

Ampliada pelo Congresso Nacional, ela se constitui em elo vivo da combinação e conjugação das lutas na cidade e no campo por um autêntica Reforma Agrária.